



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 002

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE FEVEREIRO DE 2008

ANO XXXIII

### *Mesa Executiva*

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - Democratas

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### *Lideranças*

*Líder do Governo ..... Luiz Claudio Romanelli*  
*Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni*  
*PMDB ..... Waldyr Pugliesi*  
*PSDB ..... Ademar Traiano*  
*Democratas ..... Plauto Miró*  
*PT ..... Elton Welter*  
*PP ..... Duílio Genari*  
*PDT ..... Luiz Carlos Martins*  
*PTB ..... Fábio Camargo*  
*Bloco PPS/PMN ..... Dr. Batista*  
*Bloco PSB/PR/PRB/PV ..... Reni Pereira*

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 002**

### **2ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Ofícios ..... 03

Proposta de Emenda Constitucional 04

Indicações ..... 04

Memorando ..... 07

Requerimentos ..... 07

Projeto de Resolução ..... 12

Projetos de Lei ..... 12

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Edson Strapasson ..... 14

Dep. Cleiton Kielse ..... 14

Dep. Jocelito Canto ..... 17

Dep. Caíto Quintana ..... 17

Dep. Antonio Belinati ..... 18

Dep. Luiz Eduardo Cheida ..... 19

#### **Grande Expediente:**

Dep. Rosane Ferreira ..... 20

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PSB/PR/PRB/PV

Dep. Rosane Ferreira ..... 24

Liderança do PDT

Dep. Luiz Carlos Martins ..... 25

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel ..... 27

Liderança do Partido Democratas

Dep. Plauto Miró ..... 28

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano ..... 29

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello ..... 30

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli .... 32

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 33

Discussão/Votação

2ª Discussão ..... 34

1ª Discussão ..... 35

Requerimentos ..... 40

**Encerramento da Sessão ..... 45**

**Transcrição ..... 45**

#### **Publicações:**

Atas de Comissão

Assuntos Metropolitanos ..... 46

Direitos Hum. e Cidadania ..... 47

#### **Publicações Administrativas:**

Minutas de Contrato ..... 47

### **DIÁRIO Nº 002**

### **2ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
16ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
13 DE FEVEREIRO DE 2008**

(quarta-feira)

### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Do-

brandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Carlos Simões, Mamede e Ney Leprevost (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Ofícios***

Sob o nº 054/08-GP, do Sr. J. Vidal Coelho - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encaminhando anteprojeto de lei que trata da alteração da Lei Estadual nº 11719, de 12/05/97, modificada pela Lei 14807, de 20/07/05, com o objetivo de criar o Quadro Temporário de Técnico Especializado em Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 009/08/Agência Governo do Sr. Júlio Cesar Goginski, Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná, da Caixa Econômica Federal, informando a liberação de recursos financeiros em 18/01/08, no valor de R\$ 325.093,10 (trezentos e vinte e cinco mil, noventa e três reais e dez centavos), destinados ao estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 010/08/Agência Governo do Sr. Júlio Cesar Goginski, Gerente Geral da Agência Governo do Estado do Paraná, da Caixa Econômica Federal,

informando a celebração do Contrato de Repasse de Recursos do Orçamento Geral da União, no valor de R\$ 325.093,68 (trezentos e vinte e cinco mil, noventa e três reais e sessenta e oito centavos), que tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da união para a execução de PRONAF agregação de valor. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 083/08/SESAN/MDS do Sr. Cleber Fernando de Almeida - Coordenador da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, comunicando a liberação de recursos no valor de R\$ 299.710,20 (duzentos e noventa e nove mil, setecentos e dez reais e vinte centavos), referente ao Convênio nº 375/07, firmado entre a União, representada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, e a Universidade Estadual de Maringá, com o objetivo de ampliação da atuação da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários - UNITRABALHO/UEM. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o ofício do Sr. Cleber Fernando de Almeida - Coordenador da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, comunicando a liberação de recursos no valor de R\$ 260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais), referente ao Convênio nº 376/07, firmado entre a união, representada pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, e a Universidade Estadual de Londrina, com o objetivo de Fortalecimento dos Processos de Incubação de Empreendimentos Solidários da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO Nº 01/08

Curitiba, 13 de fevereiro de 2008.

Senhor Presidente.

Venho através deste, nos termos da legislação vigente, requerer licença médica pelo período de 130 (cento e trinta) dias, atestando tratamento médico, sendo portador da CID 911, devendo afastar-se de minhas atividades habituais pelo prazo informado acima.

Atenciosamente.

(a) MAMEDE

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 12 de fevereiro de 2008.

Senhor Presidente.

Pelo presente comunico a V. Exa. que estarei ausente das Sessões Plenárias desta Casa de Leis no período de 12 a 26 de fevereiro do corrente ano, por estar em repouso conforme determinação médica.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) CARLOS SIMÕES

## Proposta de Emenda

### PROPOSTA DE EMENDA Á CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar acrescida do artigo 180-A e parágrafo único, com a seguinte redação:

Artigo 180-A. As Instituições Públicas de Educação Superior do Estado do Paraná obedecerão ao princípio da gestão democrática e gozação de autonomia plena para decidir os critérios e o processo de escolha de seus dirigentes e de composição de seus órgãos colegiados.

Parágrafo Único. O Reitor, o Vice-Reitor e os Diretores das Instituições Públicas de Educação Superior deverão ser escolhidos mediante eleições diretas e secretas, com a participação de todos os docentes, discentes e funcionários em pleno exercício de suas funções, mediante coeficiente de cálculo com média aritmética paritária, considerados os votos efetivamente apurados por cada categoria, encerrando-se o processo de eleição no âmbito da instituição com a posse do candidato que obtiver o maior número de votos ponderados.

Art. 2º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(aa) ELTON WELTER  
PÉRICLES DE MELLLO

Apoiamento:

Edgar Bueno, Tadeu Veneri, Felipe Lucas, Professor Luizão, Luciana Rafagnin, Stephanes Júnior, Pedro Ivo, Pastor Edson Praczyk, Rosane Ferreira, Chico Noroeste, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Douglas Fabrício e Mauro Moraes.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de emenda à Constituição do Estado do Paraná vem completar efetivamente o processo de autonomia das Instituições Públicas de Ensino Superior do Estado do Paraná, ao estabelecer que a escolha de Reitor, assim como do Vice-Reitor de universidades estaduais e os Diretores de faculdades estaduais isoladas, encerra-se na consulta à comunidade, mediante a posse do mais votado, em eleição direta, com votação ponderada entre o corpo docente, discente e funcionários da instituição, de forma que cada uma das categorias seja equivalente.

O atual sistema impede a plena autonomia, dando margem à indicação de dirigentes que não obtêm a maioria dos votos em sua instituição, mediante a escolha entre uma lista tríplice, a qual deixa de existir com a aprovação da presente emenda. O processo eleitoral esgota-se assim no âmbito da instituição.

## Indicações

### INDICAÇÃO Nº 002/08

SÚMULA:

Solicita ao Secretário de Estado da Segurança Pública a reforma do prédio e a implantação de identificação digital no Instituto de Identificação em Maringá.

Sr. Presidente.

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, INDICA à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, solicitando do mesmo a reforma do prédio do Instituto de Identificação em Maringá, bem como o aumento do número de funcionários e a implantação de identificação digital no referido posto.

Trata-se de situação que demanda urgente atenção por parte da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, haja vista a necessidade de atualização dos métodos de identificação do município de Maringá.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) CIDA BORGHETTI

### INDICAÇÃO Nº 003/08

SÚMULA:

Propõe a SEAB uma atenção especial e atendimento quanto à instalação de entreposto da CEASA no município de Campo Mourão.

Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao pleito da região da COMCAM, para que se viabilize a instalação de um entreposto da CEASA no município de Campo Mourão.

II - A implantação pretendida atenderia de forma bastante eficiente os 25 (vinte e cinco) municípios que integram a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão - COMCAM.

III - A Câmara Municipal de Campo Mourão, nos encaminhou ofício argumentando, que o atendimento deste pleito se faz pertinente pois o município de Campo Mourão está centralizado no entroncamento que liga todas as regiões do Paraná, além de que, diariamente, comerciantes da região precisam se deslocar até Maringá para abastecerem seus estabelecimentos com produtos hortifrutigranjeiros.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## INDICAÇÃO Nº 004/08

## SÚMULA:

Propõe a realização de estudos visando à troca nas escolas públicas dos quadros negros por quadros brancos apropriados para pincel.

Sr. Secretário de Estado da Educação.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado realize o estudo e a possível troca dos quadros negros atualmente existentes nas escolas públicas, por quadros brancos apropriados para pincel.

II - A pertinência da proposição reside nos registros nas escolas que usam o giz como instrumento de trabalho, uma vez que causa sérios problemas à saúde dos educadores.

III - Um dos principais efeitos à saúde é a inalação do pó de giz, que acarreta graves problemas respiratórios, alergias nas mãos e irritação nos olhos, contribuindo para o afastamento do professor de suas atividades.

IV - Tal pleito visa, ainda, atender a sugestão, recentemente encaminhada pelo Poder Legislativo de Campo Mourão, por proposição do Vereador Eraldo Teodoro de Oliveira, aprovado por unanimidade naquele plenário.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## INDICAÇÃO Nº 005/08

## SÚMULA:

Propõe que as ruínas da primeira usina hidroelétrica do Parque Estadual Lago Azul seja declarado como patrimônio Cultural de Campo Mourão.

Sr. Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado realize o estudo e o possível atendimento da declaração das ruínas da primeira usina hidrelétrica do Parque Estadual Lago Azul como patrimônio Cultural de Campo Mourão.

II - Tal declaração atenderia ao anseio daquela municipalidade que pretende empreender inúmeras ações para a promoção cultural do local e seu valor histórico.

III - Dentre as ações que se pretende realizar estão:

- Lançamento de concurso fotográfico, visando registrar as belezas naturais do parque;

- Criação de página na internet com informações e atrativos locais;

- Abertura de trilhas, com sinalização específica, até as ruínas;

- Elaboração de um livro ou álbum fotográfico;

- Criação de um museu.

IV - Tal pleito visa, ainda, atender a sugestão recentemente encaminhada pelo Poder Legislativo de Campo Mourão, por proposição do Vereador Edson Silva de Lima, aprovado por unanimidade naquele plenário.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar nossa mais elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## INDICAÇÃO Nº 006/08

## SÚMULA:

Propõe ao DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes a implantação de um redutor de velocidade na BR-272, entre Campo Mourão e Goioerê - Km 50.

Sr. Presidente do DNIT:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A implantação de um redutor de velocidade na BR-272, entre Campo Mourão e Goioerê - Km 50, Trevo do Bragápolis, município de Janiópolis, entrada para Paraná D'Oeste e Moreira Sales.

II - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

III - Neste sentido nos foi encaminhado pedido da Câmara Municipal de Janiópolis, justificando que o trecho citado tem um tráfego intenso de veículos tanto de pequeno, quanto de grande porte, e que alguns motoristas trafegam em velocidade incompatível com a segurança, ocorrendo muito excesso de velocidade, colocando em sérios riscos a integridade física dos moradores e usuários da pista.

IV - No trecho acima citado transitam pedestres e a presente indicação visa atender as reclamações e sugestões dos moradores daquela comunidade, com o intuito de melhorar a segurança e prevenir acidentes.

V - Encaminhamos o abaixo-assinado proposto pela comunidade de Bragápolis.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios tanto à comunidade local como a todo o povo paranaense.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## INDICAÇÃO Nº 007/08

## SÚMULA:

Propõe atenção especial e atendimento ao fornecimento de um Retinoscópio de Faixa Copeland - oftalmologia ao CIS-COMCAM.

Sr. Secretário de Estado da Saúde.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para propor o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado dispense atenção especial às necessidades apresentadas pelo CIS-COMCAM.

II - O Consórcio Intermunicipal de Saúde de Campo Mourão - CIS-COMCAM é um prestador de serviço de saúde especializado na área ambulatorial, atendendo os 25 (vinte e cinco) municípios da COMCAM em 32 (trinta e duas) especialidades, sendo a oftalmologia uma delas.

III - Desde a sua fundação, em 1993, o CIS-COMCAM se utiliza dos equipamentos da área de oftalmologia existentes, cuja aquisição é anterior a este período.

IV - Para a continuidade e melhoria dos serviços oferecidos aos munícipes da região da COMCAM é por demais importante a aquisição de um Retinoscópio de Faixa de Copeland - área de oftalmologia.

V - A solicitação se justifica pelo fato de que o atual aparelho não apresenta condições de uso e não há recursos financeiros para a aquisição do mesmo.

VI - O atendimento deste pleito representa o atendimento das necessidades de milhares de paranaense que se beneficiam dos atendimentos ambulatoriais do CIS-COMCAM.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## INDICAÇÃO Nº 008/08

## SÚMULA:

Propõe a SEDU uma atenção especial e atendimento quanto à instalação de bueiros na estrada Formoso, comunidade de Rio Formoso no município de Roncador.

Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que se digne esta Secretaria em dirigir atenção especial ao pleito nos encaminhado pela Câmara Municipal do Roncador, no sentido de viabilizar recursos para a construção de bueiros na estrada de Formoso, Comunidade de Rio Formoso no município de Roncador.

II - A implantação pretendida atenderia de forma bastante eficiente os usuários da localidade que se utilizam desta única via de acesso ao centro da cidade.

III - Ressaltamos, ainda, que todo o escoamento da safra agrícola da localidade, se utiliza da mesma estrada.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## INDICAÇÃO Nº 009/08

## SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado dos Transportes a pavimentação asfáltica da Rua 02 da BR-158 no trevo do anel viário na Vila Guarujá no município de Campo Mourão.

Sr. Secretário de Estado dos Transportes.

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Em atendimento ao pedido que nos foi encaminhado pela Associação de Moradores da Vila Guarujá, do município de Campo Mourão, onde nos relata e pede empenho na solução do problema que atinge aquela comunidade.

II - Requer-se a pavimentação asfáltica na BR-158, na extensão da Vila Carolo até o trevo do anel viário na Vila Guarujá.

III - Requer-se também, a pavimentação asfáltica da Rua 02 da BR-158 até o Colégio Agrícola.

IV - Pondera-se que este atendimento é de extrema necessidade pois os moradores da Vila Guarujá, em dias chuvosos, fica praticamente ilhada, não tendo acesso até as rodovias pavimentadas.

V - A Rua 02 na Vila Guarujá, embora sem pavimentação, é a principal rota de acesso ao bairro bem como ao Colégio Agrícola e que nos dias chuvosos dificulta o acesso de ônibus escolar.

VI - É de conhecimento de todos o nosso empenho no enfrentamento dos problemas do estado do Paraná, reconhecendo que são muitos os desafios a serem vencidos e dificuldades enfrentadas.

Ressaltamos que o atendimento a este pleito trará enormes benefícios para comunidade local e regional.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

## INDICAÇÃO Nº 010/08

## SÚMULA:

Propõe a construção de quadra poliesportiva e uma subsele do Colégio Estadual Regente Feijó, com salas de aula para atender alunos do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries, no bairro Uvaranas em Ponta Grossa.

Sr. Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado da Educação do Paraná.

O Deputado Péricles de Mello, dirige-se ao Sr. Secretário para reivindicar o seguinte:

1 - A construção de quadra poliesportiva e uma subsede do Colégio Estadual Regente Feijó, com salas de aula para atender alunos do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries, no bairro Uvaranas em Ponta Grossa.

Na minha gestão de Prefeito, o colégio recebeu da Prefeitura um terreno para a construção da quadra poliesportiva. No local também há espaço para a construção de mais salas de aula. O Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa identificou uma carência de vagas de 5ª a 8ª séries nessa região da cidade.

O Colégio Regente Feijó precisou se reestruturar devido à expansão dos cursos de ensino médio com o aumento no número de alunos, e deixou de ofertar, gradativamente, vagas no ensino fundamental. É um dos maiores e mais antigos colégios de Ponta Grossa, tombado pelo patrimônio histórico desde 1991. Esse ano o colégio irá atender 2.800 alunos dos 35 mil que frequentam a rede estadual de ensino na cidade.

2 - Essa indicação se justifica pelo motivo do colégio não possuir espaço, na sede atual, para a construção de quadra de esporte, o que deixa a instituição sem condições de atender os milhares de alunos com local adequado e coberto para a prática de esportes. Também vai beneficiar famílias do bairro Uvaranas que precisam, matricular seus filhos nesse período escolar.

Na oportunidade, renovo protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) PÉRICLES DE MELLO

## **Memorando**

### **MEMORANDO**

Informamos com prazer e orgulho, aos Srs. Deputados, aos gabinetes parlamentares, à imprensa e ao público em geral, que já está operando, em caráter experimental, o Programa de Pesquisa Legislativa da 16ª Legislatura, pela internet.

Informamos, também, que os assessores Parlamentares poderão agendar aulas demonstrativas de como acessar o programa, na Coordenadoria das Comissões, da Diretoria Legislativa.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

## **Requerimentos**

### **REQUERIMENTO Nº 092**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER a retirada do item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária, Projeto de Lei nº 757/07, por 02 Sessões.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) CAITO QUINTANA

### **REQUERIMENTO Nº 093**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificativa de ausência para o Deputado Ney Leprevost, pois, ausentar-se-á deste plenário na Sessão do dia 13 do mês corrente, por motivo de representação Parlamentar na região metropolitana de Curitiba mas especificamente na cidade de Piraquara.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) DUÍLIO GENARI

### **REQUERIMENTO Nº 102-A**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, autorização da Mesa Executiva para representar o Poder Legislativo do dia 18/02/08 a 19/02/08, no evento Audiência do MEC a ser realizado em Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

### **REQUERIMENTO Nº 083**

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, que a Sessão Ordinária do dia 13 de março de 2008, 5ª feira, seja destinada à realização da Sessão Comemorativa do Bicentenário da Vinda da família real portuguesa ao Brasil, sob iniciativa conjunta da Comissão do MERCOSUL e Assuntos Internacionais deste Poder Legislativo e do outro Parlamentar proponente.

O evento em causa, reforçará positivamente a pauta dos trabalhos desta Assembléia representativa, invocando o fato histórico da vinda da família real e sua influência decisiva na consolidação do país como entidade cultural e territorialmente integrada no ecúmeno continental sub-americano. Ainda, destacará a importância das decisões do Príncipe-Regente D. João para consolidar a integração do território que hoje é ocupado pelo estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(aa) RIBAS CARLI FILHO

NEY LEPREVOST

### **REQUERIMENTO Nº 068**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Estefano Lobasz Chasteai, ocorrido na cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) PLAUTO MIRÓ

# REQUERIMENTO Nº 069

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Cyro Poyer, ocorrido no dia 12 de janeiro de 2008, no município de Curitiba/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através de sua esposa, a Sra. Maria Ivanir Stteroto Poyer, enviando correspondência à Rua João Amaro da Luz 283, bairro Pinheirinho, Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Às vezes ocorrem fatos que nem de longe conseguimos entender ou compreender. Por mais que busquemos respostas, muitos acontecimentos se envolvem em contundentes mistérios e se tornam inexplicáveis.

Assim é que definimos o falecimento de Cyro Poyer, um homem de personalidade forte, grande mediador, inteligente, equilibrado e outras virtudes, que faziam com que ele fosse uma das principais lideranças políticas no município de São Jorge d'Oeste.

Desde cedo, Cyro Poyer deixou claro que não seria mais um nesse mundo. Mostrando-se um líder nato, envolveu-se nos assuntos comunitários, participando ativamente das grandes decisões. Na política, Cyro exerceu o cargo de Prefeito e Vice-Prefeito de São Jorge d'Oeste.

Além dos dotes como político, era um ser humano generoso e abnegado. Jamais deixou de cooperar objetivando diminuir o sofrimento das pessoas menos protegidas pela sorte. Infelizmente a morte de Cyro Poyer abriu uma lacuna, que dificilmente será preenchida.

Solicito que seja aprovado por essa Casa de Leis a presente proposição, em homenagem aos serviços prestados em vida pelo combativo homem público, rogando a Deus que abençoe a sua família e que o receba, reservando-lhe um bom lugar na morada eterna.

# REQUERIMENTO Nº 099

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado para posteridade, na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Maria Tereza H. de Barros esposa do ex-Prefeito do município de Jaguariaíva Sr. Ademar de Barros, ocorrido no dia 06 de fevereiro de 2008.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

É para nós uma tristeza perder uma amiga de longa data, uma companheira honrada, pessoa boníssima e querida por todos, a época, a frente da administração municipal de Jaguariaíva como primeira dama, enalteceu-a com seu brilho e sua competência. Deixou lembrança imorredoura entre colegas, amigos (as) e familiares.

O passamento da Sra. Maria Tereza H. de Barros veio abrir uma enorme lacuna no seio da família bem como seu vasto círculo de amigos e amigas. O destino roubou-a ao convívio de seus entes queridos e de seus amigos resta-nos, todavia um consolo: a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada a família, aos amigos e ao trabalho.

Um vácuo imenso nos invade a alma, e nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. O tempo não apaga a dor trazida por perda dessa magnitude, fica uma grande lacuna em nossas vidas pela falta dos amigos queridos, mãe carinhosa, esposa atenciosa, filhos amados, espaço que ninguém poderá ocupar; só nos resta guardar bons momentos vividos e orar pela paz e conforto de toda família que ficará com eterna saudade.

Enviamos aos familiares nossos votos de profundo pesar e sinceras condolências pela perda irreparável dos entes queridos.

# REQUERIMENTO Nº 061

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São João do Triunfo, pela passagem, no próximo dia 15, de seus 118 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Luiz de Lima, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Acir Vagner, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que a população de São João do Triunfo irá comemorar, no próximo dia 15 de fevereiro de 2008, o transcurso de seus 118 anos de emancipação política, e, temos certeza, com grandes festividades.

Nesta data tão especial queremos, através desta proposição, prestar nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a todos aqueles que de uma forma ou de outra, continuam dando sua parcela de contribuição para o engrandecimento do seu município e o bem estar de sua gente.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à população é que, seus administradores estão dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em associar-se às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral, pela comemoração dos 118 anos de emancipação política de São João do Triunfo.



## REQUERIMENTO Nº 070

Senhor Presidente:

O Deputado adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de congratulações aos Exmos. Srs. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Sr. Luiz Fernando Delazari, e ao Comandante do 5º Batalhão de Polícia Militar do Paraná, Ten. Cel. Joacyr José da Silva, pela formatura dos 165 novos soldados pelo 5º BPM, situado no município de Londrina, aumentando o efetivo da PM e assim a segurança de nossa gente.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

## REQUERIMENTO Nº 071

Senhor Presidente:

O Deputado adiante assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de congratulações ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sr. Reinhold Stephanes, pelo trabalho desenvolvido para sanar o problema do preço e do fornecimento de fertilizantes no Brasil, ao encomendar estudo junto ao Ministério e constatar que existe um oligopólio no setor que vem promovendo a elevação dos preços desses insumos. Assim como já apresentou uma solução para o problema ao estimular a criação de novas empresas. Ação que gerará novos empregos, aumento de renda e independência brasileira no setor, garantia soberania e produtividade aos nossos produtores agrícolas.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

## REQUERIMENTO Nº 072

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de São João do Triunfo, pelo transcurso, no próximo dia 15 de fevereiro de seus 118 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Luiz de Lima, Prefeito Municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba e cumprimente a laboriosa população do município de São João do Triunfo.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de São João do Triunfo que no próximo dia 15 de fevereiro de 2008 estará comemorando 118 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 118 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região, parabenizando através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

## REQUERIMENTO Nº 073

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulações e louvor ao Instituto Superior de Administração e Economia - Fundação Getúlio Vargas.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que a ISAE/FGV, através do Superintendente Norman de Paula Arruda Filho, foi convidado a integrar um grupo de 50 pessoas, de diversas partes do mundo, para participar de uma força-tarefa da Organização das Nações Unidas (ONU) que irá estabelecer princípios para uma educação empresarial responsável, vinculado ao Global Compact.

Tal educação, que está em constante mudança, é necessária para o desenvolvimento da economia globalizada através de gestões ambientalmente sustentáveis, com o intuito de diminuir as diferenças sociais.

Parabenizo a iniciativa da instituição por sua força, competência e visão estratégica das oportunidades emergentes em favor da sociedade.

## REQUERIMENTO Nº 094

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido um voto de louvor, congratulações e muito aplauso à Sra. Tereza Nalepa Czaikowski, proprietária da Comercial Iguaçu - Comércio de Secos e Molhados, sita à Rua dos Expedicionários Brasileiros, nº 2 - bairro Guajuvira, no município de Araucária/PR, que comemora 50 anos de sua fundação. As atividades desse comércio iniciaram em 12 de janeiro de 1958, pelo Sr. Francisco Nalepa e hoje ainda funciona sob a responsabilidade de sua filha, a Sra. Tereza Nalepa Czaikowski.

Estabelecimento comercial de tradição, muito frequentado pelo povo de Araucária, continua oferecendo um atendimento com o mesmo profissionalismo, dedicação e carinho de 50 anos e buscando sempre oferecer produtos de qualidade aos seus clientes e amigos. Muito nos orgulha e tranquiliza a existência de pessoas que conseguem, nos dias de hoje, com tantas dificuldades e muito esforço, manter o funcionamento de estabelecimentos comerciais tradicionais em nosso estado. Pela dedicação da Sra. Tereza Nalepa Czaikowski em proporcionar um atendimento exemplar à nossa população através do seu comércio, apresentamos este voto de louvor, congratulações e muito aplauso, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis e comunidade araucariense. Nossos cumprimentos pela comemoração do Jubileu de Ouro e augúrios de muito sucesso!

Sala das Sessões, em 12.02.08.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**REQUERIMENTO Nº 064**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Maurício Requião - Secretário de Estado da Educação, solicitando com a máxima urgência que seja colocada uma rampa de acesso para os portadores de necessidades especiais no Colégio Estadual Borell Duvernay, no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) MARCELO RANGEL

**REQUERIMENTO Nº 063**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência a recuperação da estrada que liga os municípios de Ivaí a Imbituva, que encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) MARCELO RANGEL

**REQUERIMENTO Nº 065**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência a instalação de uma Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar, no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) MARCELO RANGEL

**REQUERIMENTO Nº 066**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência a criação de um Destacamento da Polícia Montada da PMPR, no município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) MARCELO RANGEL

**REQUERIMENTO Nº 075**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Senador Álvaro Dias, solicitando que quando da apreciação por aquele Senado da Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, proibindo a comercialização de

bebidas alcoólicas em rodovias federais, seja levado em consideração a localização de restaurantes e churrascarias no perímetro urbano das cidades.

Tal solicitação justifica-se pelo fato de ser comum o avanço das cidades em direção às rodovias, tornando a localização destes estabelecimentos que antes eram frequentados quase exclusivamente por viajantes, de frequência mais genérica, pela comunidade local.

Deste modo, não diminuindo a importância e o valor da citada medida provisória, cabe salientar que a mesma acabará por provocar o fechamento da maioria desses estabelecimentos comerciais, com a consequente demissão de trabalhadores.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 076**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando que quando da apreciação por aquele Senado da Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, proibindo a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais, seja levado em consideração a localização de restaurantes e churrascarias no perímetro urbano das cidades.

Tal solicitação justifica-se pelo fato de ser comum o avanço das cidades em direção às rodovias, tornando a localização destes estabelecimentos que antes eram frequentados quase exclusivamente por viajantes, de frequência mais genérica, pela comunidade local.

Deste modo, não diminuindo a importância e o valor da citada medida provisória, cabe salientar que a mesma acabará por provocar o fechamento da maioria desses estabelecimentos comerciais, com a consequente demissão de trabalhadores.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 077**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Tarso Genro, solicitando seja revista a Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais, no que tange ao perímetro urbano das cidades.

Tal solicitação justifica-se pelo fato de ser comum o avanço das cidades em direção às rodovias, tornando a localização de churrascarias e restaurantes que antes eram frequentados quase exclusivamente por viajantes, de frequência mais genérica, pela comunidade local.

Deste modo, não diminuindo a importância e o valor da citada medida provisória, cabe salientar que a mesma acabará por provocar o fechamento da maioria desses estabelecimentos comerciais, com a consequente demissão de trabalhadores.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 078

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Senador, Osmar Dias, solicitando que quando da apreciação por aquele Senado da Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, proibindo a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais, seja levado em consideração a localização de restaurantes e churrascarias no perímetro urbano das cidades.

Tal solicitação justifica-se pelo fato de ser comum o avanço das cidades em direção às rodovias, tornando a localização destes estabelecimentos que antes eram frequentados quase que exclusivamente por viajantes, de frequência mais genérica, pela comunidade local.

Deste modo, não diminuindo a importância e o valor da citada medida provisória, cabe salientar que a mesma acabará por provocar o fechamento da maioria desses estabelecimentos comerciais, com a consequente demissão de trabalhadores.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 079

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Arlindo Chinaglia, solicitando que quando da apreciação por aquela Casa de Leis da Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, proibindo a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais, seja levado em consideração a localização de restaurantes e churrascarias no perímetro urbano das cidades.

Tal solicitação justifica-se pelo fato de ser comum o avanço das cidades em direção às rodovias, tornando a localização destes estabelecimentos que antes eram frequentados quase que exclusivamente por viajantes, de frequência mais genérica, pela comunidade local.

Deste modo, não diminuindo a importância e o valor da citada medida provisória, cabe salientar que a mesma acabará por provocar o fechamento da maioria desses estabelecimentos comerciais, com a consequente demissão de trabalhadores.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 080

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente aos Exmos. Srs. Deputados Federais do Paraná, solicitando que quando da apreciação por aquela Casa de Leis da Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, proibindo a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais, seja levado em consideração a localização de restaurantes e churrascarias no perímetro urbano das cidades.

Tal solicitação justifica-se pelo fato de ser comum o avanço das cidades em direção às rodovias, tornando a localização destes estabelecimentos que antes eram frequentados quase que exclusivamente por viajantes, de frequência mais genérica, pela comunidade local.

Deste modo, não diminuindo a importância e o valor da citada medida provisória, cabe salientar que a mesma acabará por provocar o fechamento da maioria desses estabelecimentos comerciais, com a consequente demissão de trabalhadores.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 081

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, solicitando seja revista a Medida Provisória nº 415, de 21 de janeiro de 2008, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais, no que tange ao perímetro urbano das cidades.

Tal solicitação justifica-se pelo fato de ser comum o avanço das cidades em direção às rodovias, tornando a localização de churrasqueiras e restaurantes que antes eram frequentados quase que exclusivamente por viajantes, de frequência mais genérica, pela comunidade local.

Deste modo, não diminuindo a importância e o valor da citada medida provisória, cabe salientar que a mesma acabará por provocar o fechamento da maioria desses estabelecimentos comerciais, com a consequente demissão de trabalhadores.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 082

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Rogério Tizzot - Secretário de Estado dos Transportes, solicitando com a máxima urgência a duplicação da PR-407, trecho que liga os municípios de Matinhos e Pontal do Paraná no litoral à rodovia BR-277.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) MARCELO RANGEL

**REQUERIMENTO Nº 100**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Ponta Grossa, Pedro Wosgrau Filho, sugerindo a imediata interdição do Instituto de Educação de Ponta Grossa e a conseqüente transferência dos estudantes para local provisório, em virtude das precárias condições de suas instalações, que colocam em risco a integridade física dos estudantes. Salientamos que tal procedimento não é inédito, já tendo sido executado por nós quando no exercício da chefia do Poder Executivo daquele município.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) JOCELITO CANTO

**REQUERIMENTO Nº 062**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário o envio de pedido de informações para o Sr. Airton Pissetti, Secretário de Estado da Comunicação Social, para informar o seguinte:

1. Diante das notícias veiculadas na imprensa sobre as viagens do Secretário de Estado da Comunicação Social do Paraná ao país do Paraguai, onde as despesas estariam sendo pagas com recursos próprios do Secretário, questiona-se por qual empresa aérea tem-se emitido os bilhetes de suas passagens?

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) MARCELO RANGEL

**REQUERIMENTO Nº 091**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, em especial no artigo 131 do Regimento Interno, REQUER a inclusão nos Anais desta Casa de Leis o artigo intitulado “É o Estado, estúpido!” do professor Emir Sader, publicado na Agência Carta Maior.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) MARCELO RANGEL

**Projeto de Resolução****PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 003/08**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1º O painel eletrônico será usado na votação de proposições, por qualquer processo, salvo no simbólico, quando seu uso se restringirá à verificação de votação.

Art. 2º O registro de presença será verificado pelo Presidente da Assembléia por meio do quadro sinótico e constará no painel eletrônico na segunda parte da reunião, ao iniciar-se a votação da matéria da Ordem do Dia.

Art. 3º A verificação de *quorum* será feita pelo Presidente da Assembléia, por meio de sistema eletrônico, caso em que, somente no final do procedimento, o resultado constará no painel.

Art. 4º São 2 (dois) os processos de votação:

I - simbólico;

II - nominal.

Art. 5º Adotar-se-á a votação nominal:

I - nos casos em que se exige *quorum* de maioria absoluta, de 2/3 (dois terços) ou de 3/5 (três quintos);

II - quando o Sr. Presidente assim deliberar.

§ 1º Na votação nominal, os Deputados manifestarão sua posição favorável ou contrária à aprovação da matéria ou votarão em branco, registrando “sim” ou “não” ou “abstenção”, pelo sistema eletrônico de votos.

§ 2º Concluída a votação, o Presidente da Assembléia comunicará o resultado.

§ 3º Imediatamente após a votação, será encaminhado à Mesa da Assembléia, para que conste, na ata dos trabalhos, o relatório correspondente, que conterà os seguintes registros:

I - a data e a hora em que se processou a votação;

II - a matéria objeto da votação;

III - o resultado da votação;

IV - o nome dos Deputados votantes, discriminando-se os que votaram a favor, contra ou abstenção.

Art. 6º Ocorrendo falha no sistema do painel eletrônico, adotar-se-á o seguinte:

I - na votação nominal, o Deputado, ao anúncio de seu nome, responderá “sim”, “não” ou “abstenção”, conforme queiram votar a favor, contra ou abstenção.

Art. 7º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(aa) ALEXANDRE CURI  
LUCIANA RAFAGNIN

**Projetos de lei****PROJETO DE LEI Nº 019/08**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Projeto Amor a Vida e Voluntários do Brasil, com sede no município e Foro de Cerro Azul.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) ALEXANDRE CURI

**JUSTIFICATIVA:**

O Projeto Amor a Vida e Voluntários do Brasil, fundada em 11 de agosto de 2003, têm por finalidade combater a fome e todos os tipos de doenças, entre elas destacam-se a toxicomania e as sexualmente transmissíveis. Busca proporcionar a distribuição de informações sobre os males acima elencados por diversos meios, entre eles conferências e espetáculos culturais, que serão levados às crianças, adolescentes e idosos, por intermédio de assistência religiosa, médica, jurídica, cultural, moral e social, visando o bem-estar da vida comunitária entre os moradores daquela localidade.

Destacamos, sobremaneira, a constante e importante atuação desta entidade no seio da comunidade a que se destina representar, com o êxito comprovadamente alcançado em todas as suas atuações.

Trata-se de uma entidade, com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ nº 07.125.841/0001-74, e pela sua comprovada importância e representatividade, merece ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a declaração desta entidade como de Utilidade Pública do Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 020/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Sra. Kaneko Ikeda.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) LUIZ NISHIMORI

**JUSTIFICATIVA:**

Kaneko Ikeda nasceu na cidade de Tóquio, no Japão, no dia 27 de fevereiro de 1932, sendo que completará 76 anos nos próximos dias. Reside, atualmente. É esposa do Sr. Daisaku Ikeda com quem casou no dia 03 de maio de 1952, quando o mesmo tinha 24 anos. Com ele tem dois filhos e 2 netos.

Durante 50 anos, Kaneko Ikeda, vem apoiando e auxiliando o marido no exercício de suas atividades como Presidente da Soka Gakkai Internacional - SGI, uma Organização Não Governamental filiada à Organização das Nações Unidas - ONU, atuando em 190 países e regiões do mundo, abrangendo aproximadamente 12 milhões de associados.

Assim, acompanhando o marido, Kaneko Ikeda já visitou 40 nações do mundo, sempre participando da luta pela Paz Mundial, promovendo o estreitamento do relacionamento entre os países através de intercâmbios culturais e educacionais.

Já visitou o Brasil por três vezes para cumprir a missão da luta pela Paz Mundial, sendo a primeira em 1966, a segunda em 1984 e a última vez que esteve no Brasil foi em 1993.

Seu trabalho foi e é feito em relação direta de laços de amizade com mulheres que desempenham essa mesma missão como: Sônia Gandhi, mulher do ex-premier Rajiv Gandhi; Margaret Thatcher, ex-Primeira Ministra da Grã Bretanha; Rosa Parks, grande líder dos negros norte-americanos; Ana Maria Gaviria Trujillo, mulher do ex-Presidente da Colômbia, entre outras.

No Brasil, Kaneko Ikeda é Cidadã Honorária dos seguintes estados e cidades: estado do Rio de Janeiro; Distrito Federal; estado do Mato Grosso; Uberlândia (MG), Apucarana (PR); Assaí (PR); Cornélio Procopio (PR); Londrina (PR); Mirador (PR); Nova América da Colina (PR); Nova Santa Bárbara (PR); Rancho Alegre (PR); Santa Cecília do Pavão (PR); Santa Mariana (PR); São Sebastião da Amoreira (PR); Sertaneja (PR); Uraí (PR); Duque de Caxias (RJ); Nilópolis (RJ); Niterói (RJ); Nova Iguaçu (RJ); São João do Meriti (RJ); Itapevi (SP) e Mairinque (SP).

Com seu marido Daisaku Ikeda - Presidente do Soka Gakkai Internacional - SGI, ajudou na campanha de arrecadação de fundos para os refugiados asiáticos e africanos em 1973, cujo valor arrecadado foi encaminhado para o escritório do Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e outras instituições mantidas pela ONU e destinado a compras de suprimentos médicos e alimentos, e, também, programas educacionais.

Essas atividades expressam bem, a necessidade que o Paraná sente de oferecer um título de Cidadã Honorária, àquela que tem participado - embora distante - da vida de muitas das comunidades paranaenses, como as acima citadas.

Peço, portanto, o devido apoio, aos nobres companheiros de Plenário, a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 021/08  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica obrigado a instalação de uma biblioteca em todos estabelecimentos do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.02.08.

(a) DR. BATISTA

**JUSTIFICATIVA:**

A proposta apresentada visa a obrigatoriedade da instalação de uma biblioteca nos estabelecimentos do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná.

As instalações de bibliotecas permitem o aperfeiçoamento do sistema penitenciário visando à proteção dos direitos de cidadania e da dignidade do preso, facilitando o acesso deste à educação, à cultura, dentre outros, podendo também, privilegiar parcerias com organizações não governamentais e universidades.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passamos ao Pequeno Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Edson Strapasson.

### ***Deputado Edson Strapasson (PMDB)***

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É com grande satisfação que estou nesta tribuna para anunciar um programa de investimento bastante importante para a nossa região metropolitana de Curitiba. Programa esse denominado PIT - Programa de Integração do Transporte Coletivo, que prevê investimentos na ordem de R\$ 120 milhões para a construção, a ampliação de terminais de transporte, construção de corredores de transporte coletivo, de forma a estruturar a nossa região metropolitana que teve há 10 anos o início da integração. Mas a integração se fez apenas com veículos, com terminais improvisados, colocando em grande diferença a estrutura dos terminais de transporte de Curitiba, que são construídos pela prefeitura com recursos da URBS, e terminais da região metropolitana que muitas vezes não tem qualquer condição de receber o grande fluxo de passageiros do dia-a-dia.

E esse programa nasceu não somente no conceito de transporte, mas prevendo, estimulando uma maior circulação, uma maior integração dos municípios da região metropolitana, construindo, além dos corredores, radiais, como está sendo feita hoje a duplicação da estrada da Ribeira, como já foi realizada parte do corredor de acesso à Cachoeira, no município de Almirante Tamandaré, como está sendo projetado também e foi anunciada agora a construção de um novo eixo de desenvolvimento e urbanização na Fazenda Rio Grande. Nesse programa, até o momento, o Governo do Estado realizou obras que estão na ordem de R\$ 50 milhões, e recentemente o Governo liberou mais de 15 milhões.

Tivemos a satisfação, hoje pela manhã, de receber da Casa Civil o comunicado de que na terça-feira que vem - todos os Deputados estão convidados - o Governador vai assinar a ordem para a licitação de importantes obras estruturais. Obras que em nenhum Governo tiveram o enfrentamento por parte do Governo do Estado, e que hoje tiveram, através da decisão do Governador Requião,

através dos projetos realizados no tempo até quando fui Secretário, através do Secretário Forte Neto, através da COMEC. E hoje essas obras serão realizadas anunciando investimento na ordem de R\$ milhões, 714 mil reais, que somados aos 57 milhões e poucos, que já estão autorizados em obras, totalizando mais de 100 milhões, R\$ 103 milhões em investimentos nos municípios da região e também Curitiba

Curitiba está recebendo no trecho da rua Nicola Pelanda, que vai ligar Fazenda Rio Grande à região do Umbará, construindo um corretor de transporte que pretende retirar os ônibus urbanos que hoje trafegam na BR, colocando em conflito o tráfego rodoviário de caminhões pesados e ônibus com 100, 200 passageiros, o que coloca em risco, Deputado Bertoldi, de forma consistente, todos os passageiros urbanos, porque estamos falando de uma rodovia que recebe o fluxo de ônibus urbano, passageiros em pé.

Concluindo, Sr. Presidente, a satisfação que dentro desse projeto os investimentos pesados que estão sendo feitos vão mudar a realidade de circulação, de conforto, de agilidade no transporte coletivo, reduzindo desta forma, possibilitando a redução dos preços da passagem devido à rapidez, conforto, segurança aos usuários do transporte coletivo da região metropolitana, recursos estes do Governo do Estado, parte dele financiado pelo BNDES que estão em obras e temos a satisfação de poder estar comemorando hoje o anúncio dessas importantes realizações, assim como a trincheira na avenida Rui Barbosa, junto a BR-101, lá em, São José dos Pinhais, com investimentos da ordem de 11 milhões e meio.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

(Pausa)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Cleiton Kielse.

### ***Deputado Cleiton Kielse (PMDB)***

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna com duas preocupações que não só transcendem a Assembléia Legislativa, mas influenciam e muito o nosso orçamento para 2008, um orçamento que foi formatado como o maior investimento histórico na área da educação e que, puxando os últimos convênios que foram assinados há três semanas atrás, devem chegar à casa de R\$ 350 milhões na área da educação, entre obras novas e obras a serem reformadas.

Venho falar sobre a questão da saúde com uma lista que passarei também oficialmente a todas as entidades oficiais de Curitiba e região metropolitana, mas venho rapidamente falar sobre o assunto do Itaú, das ações que o Itaú demove contra o Governo do Estado e conseqüentemente também contra o orçamento junto ao Governo do Estado.

O Itaú, que teria feito não só uma composição com a estrutura do STJ - Superior Tribunal de Justiça, mas que publicamente ontem soubemos que não houve acordo algum, está cobrando uma multa de mais 8 milhões por mês do Governo do Estado, fora R\$ 960 milhões que se não abriremos a CPI, Sr. Presidente, a respeito desse assunto que é um assunto muito delicado, vamos perder, em números exatos informados ontem pela Secretaria da Fazenda, caso a execução seja imediata, a casa de 16 a 18 milhões por mês, sobre passivo e mais a multa, que serão retirados dos cofres públicos do estado, além de inviabilizar as negativas junto ao Banco Central e ao Governo Federal.

Por isso, peço neste momento que venhamos a ter na pauta dos próximos dias a instalação dessa CPI aonde iremos numa Comissão que será formada por todos os partidos interessados a integrar talvez um dos pontos mais importantes de uma briga que acho que não é do Governador Requião, não é apenas desta Casa, mas que pertence a todos os paranaenses de bem que sabem que esta dívida não pertence ao caixa do Governo.

Também venho falar sobre as obras da área da Saúde, que foi citado até por um Deputado companheiro nosso, que ontem foi indicado o nome do hospital regional de Ponta Grossa, o famoso Projeto nº 831/07, indicado pelo meu colega, Deputado Marcelo Rangel.

Estamos aqui com uma lista, como foi citado também pelo Deputado Waldyr Pugliesi, da construção, reforma e ampliação de 24 hospitais, dentre eles serão 12 regionais, aonde lá na nossa cidade de Paranaíba, nosso companheiro Teruo Kato acompanha permanentemente esse investimento, já está inaugurando o hospital, está na fase de instalação dos últimos equipamentos, chegando à casa dos R\$ 8 milhões, já nessa segunda fase.

Hospital Regional da Lapa, investimento da casa de R\$ 2 milhões, na nossa tradicional terra dos desbravadores do Paraná;

Centro de Diagnóstico de Paranaguá, o investimento na ordem de R\$ 1 milhão e 950 mil;

Hospital Estadual Dr. Wallace Tadeu de Mello e Silva, em Guaraqueçaba, investimento da ordem de R\$ 3 milhões e 100 mil;

Hospital Regional do Litoral, em Paranaguá, investimento da ordem de R\$ 25 milhões - será o hospital regional do litoral e atenderá a muitos amigos de União da Vitória que lá moram também -;

Hospital da Zona Norte, aqui em Curitiba, um investimento da ordem de R\$ 5 milhões;

Londrina, o Hospital da Zona Sul, investimento da ordem de R\$ 6 milhões e 300 mil;

Hospital em Quedas do Iguaçu, investimento também da ordem de R\$ 3 milhões;

Hospital Municipal de Foz do Iguaçu com a ampliação, reforma, compra de equipamentos na ordem de R\$ 3 milhões e 300 mil;

Hospital Regional Infantil, que está na fase de acabamento, muito interessante, será um paralelo ao

Hospital Pequeno Príncipe, que não só é um símbolo de atendimento à pediatria, à infância do Paraná, mas teremos um dos maiores hospitais infantis do Brasil, aqui em Campo Largo, região metropolitana, investimento da ordem de R\$ 12 milhões;

Instituto da Mulher no Hospital Victor Ferreira do Amaral, em equipamentos: 300 mil mais o repasse mensal, acrescentando mais de R\$ 165 mil;

Hospital Municipal de Araucária, da nossa querida Rosane, é um investimento da ordem de R\$ 27 milhões, numa parceria entre o Governo do Estado, Prefeitura de Araucária, transformando a cidade de Araucária num dos símbolos de melhor atendimento médico também na região metropolitana;

Hospital da Polícia Militar, região metropolitana de Curitiba - investimento de R\$ 23 milhões, que vai atender todos os companheiros bravos e defensores que estão dentro da Polícia Militar. Estivemos há poucos dias atrás visualizando as UTIs que estão lá sendo instaladas e os novos equipamentos;

Ampliação do Hospital Pequeno Príncipe - investimento de R\$ 3 milhões. Não só é um símbolo de competência, de determinação e de seriedade na aplicação do dinheiro público, naqueles 4º e 5º andares que estão sendo ampliados com o dinheiro do Governo do Estado, ainda outros equipamentos que serão pela autorização dada pelo Governador, esse também ao nosso pedido, que com certeza instalaremos este ano no hospital símbolo nacional de atendimento à área de pediatria e infância;

Hospital Regional do Sudoeste, em Francisco Beltrão - em construção - investimento de R\$ 14,1 milhões. Tenho certeza atenderá todo o sudoeste e parte do oeste do Paraná;

Sociedade Hospitalar Beneficente de Andirá - investimento de R\$ 1,3 milhão;

Hospital Regional do Norte Pioneiro, em Santo Antonio da Platina - investimento de 1,2 milhão. Está recebendo já R\$ 100 mil por mês;

Hospital regional de Ponta Grossa, que foi palco de inúmeras discussões e que todos os Deputados de Ponta Grossa estão de parabéns pelo trabalho que lá fizeram - investimento de R\$ 17 milhões. O Hospital Infantil, também de Ponta Grossa, R\$ 3,7 milhões;

Centro de Queimados e Pronto-Socorro do Hospital Universitário em Londrina - reforma - investimento conjunto de R\$ 11 milhões. Está sendo palco da centralização de muitos municípios do estado de São Paulo que estão sendo atendidos em Londrina por esse hospital.

Centro Hospitalar de reabilitação, em Curitiba - R\$ 17,5 milhões. Será, sem sombra de dúvida, o melhor hospital de reabilitação do país e talvez da América do Sul. Membros do Sara Kubitschek, em Brasília, têm vindo ao estado do Paraná, os técnicos e fisioterapeutas do estado do Paraná estão no Canadá fazendo cursos de habilitação e reabilitação para que neste ano venhamos a ter a maior infra-estrutura de reabilitação de acidentados, de pessoas que tenham alguma deficiência, de pessoas que venham

a ter necessidade de reabilitação por derrames ou quaisquer outros de doenças que tenham comprometimento físico, mas que tenhamos realmente a presença dos demais Parlamentares nesse hospital que fica a cinco quadras aqui da Assembléia. Um hospital novo, totalmente reestilizado, que fica ao lado da Associação Paranaense de Reabilitação.

Hospital do Idoso, em Curitiba - investimento de 17,5 milhões, que já está na fase final da aplicação desses recursos.

Repasse anual de R\$ 24 milhões para 21 hospitais no estado celebrando com Paranaíba, com Campo Largo, com Campo Mourão, com todos os hospitais de médio e grande porte que foram consagrados como hospitais importantes ao controle da saúde do estado, este ano, com certeza, estarão tendo um apoio diferenciado.

Falamos ainda há pouco com Campo Mourão sobre a parceria do repasse que seria de R\$ 60 mil, diretamente pelo Governo e o aumento de R\$ 40 mil na lista de repasse para a Prefeitura de Campo Mourão. O Prefeito de Campo Mourão está agora com o novo Presidente da Sociedade Beneficente de Campo Mourão também recebendo esses R\$ 100 mil.

**(Lê):**

“- Sustentação a 19 Consórcios Regionais de Saúde;

- Aumento de 42% no número das equipes do Programa Saúde da Família;

Aumento de 46% do número de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs);

- Curitiba: o Governo Estadual aplicou em Curitiba R\$ 685 milhões em obras e equipamentos desde 2003, incluindo o repasse de R\$ 37,5 milhões em 2007 - construção de 10 unidades de saúde, incluindo um laboratório municipal de análises clínicas e o Hospital do Idoso:

- 1) Unidade de Saúde Vitória Régia;
- 2) Unidade de Saúde Sambaqui;
- 3) Unidade de Saúde 24 Horas - CIC;
- 4) Unidade de Saúde Vila Guaíra;
- 5) Unidade de Saúde Alvorada/Lotiguaçu II;
- 6) Unidade de Saúde Waldemar Loureiro de Campos;

- 7) Unidade de Saúde Santa Quitéria;
- 8) Unidade de Saúde Vila Sandra;
- 9) Unidade de Saúde Iracema;
- 10) Unidade de Saúde Vila Leão;
- 11) Laboratório Municipal;
- 12) Hospital do Idoso.

- Construção de Unidades de Saúde da Mulher e da Criança em 56 municípios das regiões mais pobres do Paraná. O custo total das obras é de R\$ 10,1 milhões.

Municípios Antonio Olinto, Agudos do Sul, Palmeira, Rio Azul, Cândido de Abreu, Guamiranga, Reserva, Tibagi, Conselheiro Mairinck, Santana do Itararé, São José da Boa Vista, Sapopema, Bandeirantes, Cambará, Ribeirão do Pinhal, Santo Antônio da Platina, Borrazópolis, Novo Itacolomi, Rosário do Ivaí, Bituruna,

Candói, Cruz Machado, Foz do Jordão, Pinhão, Clevelândia, Honório Serpa, São Jorge do Oeste, Verê, Boa Esperança do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Realeza, Salto do Lontra, Santo Antônio do Sudoeste, Medianeira, Mercedes, São Pedro do Iguaçu, Diamante do Sul, Goioxim, Marquinho, Porto Barreiro, Brasilândia do Sul, Cafezal do Sul, Moreira Sales, Tuneiras do Oeste, Barbosa Ferraz, Farol, Mamborê, Nova Tebas, Jussara, Marialva, Presidente Castelo Branco, Tamboara, Alto Paraíso, Loanda, Nova Olímpia, Tapira, Paulo Frontin, Jaboti, Alvorada do Sul, Centenário do Sul, Altamira do Paraná, Iguatú, Jesuítas e Pérola.

- O Hospital Infantil Pequeno Príncipe terá sua capacidade ampliada de 345 para 495 leitos com o investimento de R\$ 3 milhões do Governo do Paraná. O estado também repassa R\$ 100 mil mensais a seis hospitais regionais de Curitiba (Hospital de Clínicas, Erasto Gaertner, Santa Casa, Pequeno Príncipe, Evangélico e do Trabalhador), que recebem R\$ 100 mil/mês, para despesas de custeio, além de R\$ 160 mil mensais repassados ao Instituto da Mulher no Hospital Victor do Amaral.

- R\$ 1,1 milhão foi aplicado no Serviço de Medicina Respiratória e no Serviço de Apoio à Criança com Neoplasia do Hospital de Clínicas, que também recebe equipamentos de arco cirúrgico e ecografia. Além disso, o Governo do Paraná está reformando dois Centros Regionais de Especialidades (investimentos de R\$ 360 mil) o Centro de Atendimento Integrado do Fissurado (R\$ 100 mil), o Centro de Atendimento Integrado ao Deficiente (R\$ 190 mil) e o Hospital Oswaldo Cruz (R\$ 170 mil)."

Por isso, queremos resumidamente, citando alguns dos projetos, dizer com todo respeito a todos os governantes que passaram nesse Palácio Iguaçu, que passaram no Palácio das Araucárias, que nunca se houve ou se viu tanto investimento na área da saúde quanto nesses últimos cinco anos. Estou aqui na Assembléia há 18 anos e nunca acompanhei tantos investimentos.

Queria passar o aparte, Deputado Jocelito Canto, mas na seqüência tenho certeza que o senhor completará o que estamos falando. Por isso quero agradecer esse minuto, Sr. Presidente, e na próxima semana traremos o restante das obras na área da saúde.

Muito obrigado.

**O SR. EDGAR BUENO (PDT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, na tarde de ontem aprovamos aqui três votos de congratulações muito importantes para a região do oeste do Paraná. Quero registrar aqui primeiro os meus agradecimentos pela unanimidade dos votos e por V. Exa. ter colocado em votação, e quero citar aqui as empresas que recebem esse voto de congratulação. A CATVE, que está completando o seu 4º aniversário, dirigida pelo competente empresário e também jornalista Jorge Guirado e Eliane Mendonça, com toda a sua equipe. Uma empresa de comunicação que tem pautado pela ética, pela moral, pela seriedade, pela divulgação de todas as coisas importantes. Quero também destacar aqui



os 29 anos da TV Tarobá, uma empresa hoje que não é só do oeste, ela é do Paraná, com sucursal, com repetidor em Londrina, enfim, atinge pontos importantíssimos do estado do Paraná. Então, a TV Tarobá, hoje dirigida pelo Ederson, Ewerton e Eduardo Muffato, também pelo Erminio Bento Vieira, o Diretor Edson Janke, o Marcos Geraldo, Chefe de jornalismo, e o Paulo Martins, comentarista político e econômico. São duas grandes empresas de Cascavel e de grande importância para todos nós.

E também está completando 50 anos o Hospital Nossa Senhora da Salette. Foi fundado em 1958 e foi o primeiro hospital a realizar o primeiro transplante do oeste do Paraná, em 1985.

Quero agradecer todos os Deputados e congratular-me com as duas empresas de comunicação e também com o Hospital Nossa Senhora da Salette.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quando vejo esse jornal Notícias do Paraná, e ontem mostrei para vários Deputados que comentaram: “Como houve obras em Ponta Grossa!”

Realmente o que está aqui neste jornal, a grande maioria das obras aconteceram, ou estão em andamento, ou estão sendo licitadas, como é o caso do Instituto de Educação, que vem sofrendo com as licitações. Mas não temos dúvida nenhuma que essa obra deva acontecer.

Sou apaixonado pela obra do hospital. Sempre sonhei em ver esse hospital em Ponta Grossa acontecer.

Por mais defeitos que o Governador possa ter, jamais serei ingrato para agradecer pelas coisas boas que temos em Ponta Grossa. E uma das coisas boas, sem dúvida nenhuma, é esse hospital regional.

Aqui tem uma foto do hospital por dentro. Quando estavam confeccionando esse jornal de divulgação do trabalho do Governador Roberto Requião, ele me mandou uma cópia para eu corrigir se havia algo errado ou faltando. Fiz a correção e disse que estavam faltando algumas coisas, como de fato estavam faltando.

Essa foto é antiga, porque já temos tudo tijolado.

Queria fazer esse registro, porque me sinto bastante tranqüilo neste plenário. Primeiro, porque ajudei a eleger o Governador Roberto Requião; segundo, não sou da Oposição, nem da Situação, e falo o que minha cabeça determina e o que o povo me pede. Fico aqui muito tranqüilo para votar.

Sou apaixonado pelo hospital, porque na história de Ponta Grossa, com todos os defeitos do Governador Roberto Requião, ele é o único que está fazendo um hospital regional na cidade.

Para mim isso é bom, porque vejo diariamente nas minhas idas e vindas de Ponta Grossa o sofrimento do povo.

Não é só criticar, é saber elogiar, e temos que ser justos com o que está acontecendo.

Por outro lado, queria fazer um pedido para ver essa questão do PPS, esse teste seletivo simplificado da educação. Quero chamar a atenção do Secretário Maurício Requião para alguns problemas, porque algumas pessoas não estão tendo acesso, em determinados momentos, à inscrição. Pediria a ele que desse uma olhada nesse PSS, porque tem alguma coisa que não está certa e isso está prejudicando alguns professores lá em Ponta Grossa. Peço a atenção do Secretário para esse caso.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito: com a palavra o Deputado Caíto Quintana.

### ***Deputado Caíto Quintana (PMDB)***

O SR. CAÍTO QUINTANA

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

Tenho plena convicção de que no Pequeno Expediente não há tempo suficiente para que se possa discutir o assunto que pretendo iniciar. Quero pedir vênica a V. Exa. que me inscreva, num futuro próximo, no Grande Expediente, para que possamos discutir isso abertamente no Plenário. Tenho visto pela grande mídia questionamentos a respeito de cartão corporativo do Governo Federal, inclusive com a instituição de uma CPI mista para avaliar essa questão. Desconheço a forma como funciona o cartão corporativo do Governo Federal, portanto, não vou emitir opinião a respeito dele. Certamente a CPI vai levantar.

Quando se fala em cartão corporativo do Governo Federal passa-se a divulgar a discutir cartão corporativo do estado do Paraná. Sobre este, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, solicito de V. Exa. um Grande Expediente para que possamos, dando aparte para Oposição e Situação, discutir esta questão. Há uma diferença fundamental no cartão do estado do Paraná. A bem da verdade, Sr. Presidente, e aqui não vai nenhuma questão de jogar para o ontem ou para o passado, é que o cartão corporativo no estado do Paraná foi criado pelo Decreto nº 3450, pelo ex-Governador Jaime Lerner. Eu falo que não é questão de jogar para trás porque foi um ato absolutamente correto do Governador Jaime Lerner.

Como é que funcionava a questão de diárias até então? O funcionário recebia do ordenador de despesa um dinheiro vivo, ele acabava indo para uma viagem e, na sequência, teria que voltar e prestar conta, através de notas fiscais, do dinheiro que recebeu. Temos que avaliar

uma coisa: o princípio da diária, a razão da existência da diária é o pagamento da despesa fixada por lei pelo deslocamento de um funcionário do seu total de trabalho para um município onde não tem lotação. Portanto, é para cobertura de despesa de alimentação, de pousada e de viagem.

Como funciona esse dito cartão corporativo do estado do Paraná? Ele tem o crédito exclusivamente do valor da diária. Se o servidor for ficar dois dias fora, há um decreto que fixa o valor dessa diária para cidades maiores ou para cidades menores. Esse cartão de crédito ordenador de despesa da Secretaria lança nesse cartão o valor daquela diária e, a partir daí, nenhum centavo a mais. Portanto, ele não é um cartão de crédito. Tenho aqui na mão um cartão de crédito de um servidor do estado que pedi para que me cedesse. Se for no Banco do Brasil, neste momento, com este cartão de crédito, não tem um centavo que possa ser retirado. Se esse servidor for prestar serviço em algum local, seja ele um professor, seja ele do DER, seja da Secretaria dos Transportes, seja da Segurança Pública, seja do que for, ele vai ficar três dias fora, o valor da diária, seja R\$ 120 para ele comer e dormir, esse cartão será colocado no banco, que vai creditar aqui, por ordem do ordenador de despesa, R\$ 360, o correspondente a três diárias, única e exclusivamente. Zerou o cartão, ele não vale mais nada, porque não tem mais nenhum centavo.

O que acontecia antigamente, sem demérito nenhum, a nenhum servidor, sem generalizar.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Por gentileza, V. Exa. conclua em um minuto, por gentileza.

**O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)**

Tenho certeza que esse assunto não pode ser esgotado, agora. Por isso, quero solicitar a V. Exa., que em um próximo Grande Expediente me inscreva, porque faço questão de discutir esse assunto com os companheiros da Assembléia, com a Bancada da Oposição e Situação, que a imprensa tenha conhecimento, para explorarmos um assunto como esse cartão de crédito aqui, pudesse comprar flores, despesas de alimentação, uma mobília nova. Não! O estado do Paraná só tem o cartão de crédito para diária. Inclusive, o valor de combustível, passagens, que eventualmente tenha que ser feito, este continua prestando conta, trazendo nota do local aonde o servidor foi. Portanto, não temos no Paraná cartão corporativo com crédito, não é um cartão de crédito, é apenas um dinheiro de plástico que o servidor recebe para o pagamento da diária, que ele tem direito pelo seu deslocamento. Portanto, temos 11 mil cartões de crédito que viajam nas mais variadas secretarias, cumprindo funções públicas, em um universo de mais de 200 mil funcionários.

Voltamos a conversar sobre o assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Esta presidência comunica os Srs. Deputados que hoje pela manhã tivemos uma reunião das lideranças dos partidos, com acordos para a regulamentação do painel e do tempo de procedimento em plenário. Para facilitar as coisas, extraímos ata dessa reunião e vamos transformá-la em projeto de resolução que será votado amanhã. Solicito aos líderes que comuniquem os seus liderados daquilo que foi acordado, para que não tenhamos qualquer tipo de desencontro. Na Sessão de amanhã votaremos aquilo que foi acordado, através de um projeto de resolução.

De igual maneira quero informar, com muito prazer e orgulho, aos Srs. Deputados, aos gabinetes dos Deputados, à imprensa e ao público em geral, que a partir de hoje já está operando em caráter experimental o Programa de Pesquisa Legislativa da 16ª Legislatura pela internet. Quero informar também que os assessores parlamentares poderão agendar alguma consulta ou aula demonstrativa de como acessar o programa, na Coordenadoria das Comissões da Diretoria Legislativa. É um avanço extraordinário, que acaba com aquela polêmica, brincadeira que se fazia de “Consulte o Severo”. A partir de agora, qualquer cidadão pode, via intranet, entrar em contato, para saber como estão e quais os projetos existentes nesta Casa.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Antonio Belinati.

***Deputado Antonio Belinati (PP)***

**O SR. ANTONIO BELINATI**

Nobre Presidente Nelson Justus, nossa colega Cida Borghetti, Deputado Osmar Bertoldi, Sras. e Srs. Deputados. Inicialmente, Sr. Presidente, nossa homenagem à Mesa Executiva e a todo o pessoal que está trabalhando na TV SINAL, gerando imagens da Sessão Plenária, para todas as regiões do Paraná. E também os cumprimentos pela idéia do painel eletrônico. A única coisa que entendemos que deva ser logo adaptado é que tenha algum controle para quando algum Deputado sair da Sessão, conste que saiu. Para evitar que o Deputado venha aqui, marque presença, fica bonitinho ali, no verde, está presente e ao mesmo tempo não está. E quem está na galeria e o próprio pessoal da imprensa olha ali: 43 Deputados. Começa a contar. Conta e reconta. Conta reconta e a conta não bate. Alguns vêm, apertam o botão e vão atender as bases. Não sei que tipo de base, mas pelo menos é a justificativa de alguns.

Sr. Presidente Nelson Justus, respeitosamente queremos fazer um apelo às autoridades da Segurança Pública do Paraná para que dêem mais atenção a cidade de Londrina. Ontem tivemos uma festa bonita de formatura de Cabos e Soldados do 5º Batalhão da Polícia Militar. É uma coisa boa para a cidade, para a segurança da população local e também da região, mas ainda continuam ocorrendo coisas absurdas, que deixam a população de Londrina muito preocupada.

Têm acontecido acidentes, alguns até com vítimas fatais, em que o condutor do veículo causador do acidente estava completamente embriagado. Já teve casos na Globo, no SBT, na Record, na Tarobá, de exibirem imagem do motorista caindo, quase sem se agüentar parar em pé, e estava dirigindo carro, caminhão, ou pilotando moto, e causou acidente até com morte.

Como é que a Polícia vai provar que o irresponsável, que o cretino estava embriagado? Como é que seria o caminho para provar? Através do bafômetro. E pasmem os senhores, Londrina, uma cidade com 500 mil habitantes, está sendo tratada pior que uma província! Faz seis meses que foi mandado aqui para Curitiba o tal do bafômetro para consertar. Mais de seis meses!

Mas que diacho de bafômetro é este que leva tanto tempo para consertar? Será que o Governo não tem outro aparelho para mandar para Londrina para resolver? No mínimo ele deveria ter sido substituído! Imagine se a segunda maior cidade do Paraná, a terceira maior cidade do Paraná, que é Londrina, está desprovida de um bafômetro para poder incriminar, responsabilizar aqueles que conduzem veículos sob o efeito do álcool. Imaginem qual é o tratamento que está se dando para cidades menores que Londrina!

Então, o nosso apelo, em nome da segurança dos londrinenses que querem que sejam punidos todos os motoristas que eventualmente de maneira criminoso e irresponsável, causem acidentes e que estavam sob o efeito de bebida alcoólica. Hoje, e já faz muito tempo, volto a repetir, tem bem mais de seis meses que a imprensa vem batendo nesse assunto do bafômetro que veio para cá quebrado, e lamentavelmente este tratamento é um tratamento de segunda classe que a Segurança Pública de Londrina está recebendo.

Para terminar, estava ouvindo o Presidente Lula no rádio. E o Lula, preocupado, porque deram um tiro no amigo dele, Presidente do Timor Leste, não se sabe nem se foi um atentado terrorista ou um assalto, porque o Presidente lá é um homem do povo, que andava tranqüilamente no meio do povo. Até agora não se sabe se foi um atentado terrorista ou um assalto ao Presidente do Timor Leste. E o Presidente Lula, de maneira sábia mas subestimando a inteligência de todo o povo brasileiro, vem com esta chanchada, hoje, dizendo que não se pode revelar os gastos com a Segurança, porque isto pode afetar a segurança do país, etc, etc e etc.

Meu Deus do céu! O que é que tem a ver a segurança do Presidente da República com a filha dele que compra com o dinheiro de todo o povo brasileiro uma esteira ergométrica para ficar com o corpinho enxuto, bonitinha, sensual, usando esteira ergométrica paga com o dinheiro do povo? O que tem a segurança nacional com a esteira ergométrica? O que tem a segurança nacional com o Ministro que foi na choperia beber chope com o dinheiro público? O que tem a segurança do país com um

Ministro, uma única pessoa que gastou em um único almoço quase R\$ 500? E o Estatuto do Servidor diz, nobre Deputado Durval Amaral, que está tão atento ao meu pronunciamento, diz o estatuto que o Governo não pode pagar com o dinheiro público bebida alcoólica. Então, estou imaginando, o que esse Ministro comeu? Que diabos de almoço foi esse que gastou quase R\$ 500? Peru? Não! Não constatamos! O que mais? Lagosta? Também não! Camarão? Também não. É preciso que o Ministro explique que prato é esse que o país desconhece, que um prato de comida, um único almoço, o Ministro pagou com o dinheiro do erário público quase R\$ 500.

Então, Sr. Presidente, o que eu quero colocar aqui é que não tem a ver segurança do país com esses gastos aí que a nação condena, porque o dinheiro pago dos tributos pela população brasileira não é para ser usado no chope, no free shop, não é para a filha do Presidente Lula ir comprar material de construção para a casa dela, construção particular com dinheiro público. Acho até que o Presidente Lula, que vai indo muito bem como Presidente da República, a pesquisa mostra até que se houvesse eleição hoje ele seria eleito para um terceiro mandato, deveria dar uma de estadista, de um grande estadista, e abrir para apurar tudo o que tiver lá. E quem estiver errado que seja efetivamente punido. E o Presidente Lula haverá de continuar merecendo o respeito, o carinho e a homenagem do povo brasileiro, agora, não querer revelar os gastos... como colocaram até seguranças do Presidente e deram como endereço a Sociedade Rural do Paraná, com sede em Londrina.

Esperamos que isso, nobre Presidente Augustinho Zucchi, o Presidente Lula libere e faça a apuração, porque com certeza ele será aplaudido, se assim proceder. Mas não querer revelar os gastos, o povo vai ficar contra!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Cheida.

**Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)**

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Ministério da Agricultura concluiu ontem um estudo sobre fertilizantes e insumos agrícolas, no Brasil. E o Ministro Reinhold Stephanes encomendou esse estudo, porque o preço dos insumos no país está desavergonhadamente alto e naturalmente tem a ver, não apenas com os produtos agrícolas, mas também com o comércio, a própria indústria e finalmente com os consumidores. Esse estudo, entretanto, tem uma curiosidade: ele aponta que a multinacional Bunge, com mais outras duas multinacionais, dominaram o setor de fertilizantes do Brasil, e com isso formaram o que tradicionalmente se chama de

oligopólio e fizeram com que agora os preços fossem ditados por si. Isso levou inexoravelmente a um problema muito sério. O preço do concentrado de fertilizantes saltou de uma média de US\$ 46,8 para mais de US\$ 70, ou seja, quase duplicou num espaço de 10 anos. Claro que isto tem influência direta no preço do arroz, do feijão que a dona-de-casa, o trabalhador, todos nós comemos.

E esta brincadeira, em verdade, começou em 1992, quando a PETROBRAS que tinha a Ultrafertil e a Fosfertil como suas empresas, permitiu a privatização de ambas e ambas foram adquiridas pela empresa Fosfertil, mas este arranjo não parou por aí. No ano seguinte a Bunge comprou a Fosfertil e hoje a Bunge e mais algumas empresas do setor - e a Bunge é uma multinacional que está no Brasil há aproximadamente 70 anos - dita o preço da matéria prima e dita o preço do insumo final.

A Assembléia Legislativa montou uma Comissão Especial ano passado, sob a presidência do nobre Deputado Elton Welter, para dirimir esta questão. Ouvimos vários setores da agricultura do Paraná, vários setores empresariais e várias indústrias misturadoras de fertilizantes. Não chegamos à uma conclusão precisa, mas o Ministério da Agricultura, com esta ação, desvendou todo o mistério.

Acredito que a Bunge, que hoje controla os preços, fazendo-o saltar de US\$ 48 para quase 80, ou seja, dobrando o preço de insumos e fertilizantes no Brasil, não há nenhum tipo de situação que possa redimir este fato. Estamos na mão de um monopólio, isto tem influência direta sobre a produção.

O Paraná é um estado essencialmente agrícola, com 80% das suas propriedades sendo pequenas, com menos de 20 hectares, com um salário percebido, uma renda média mensal de aproximadamente R\$ 800 por mês para a família de 80% dos agricultores paranaenses e estamos nas mãos do dito mercado, o mercado que, sem dúvida nenhuma, é o exemplo do “quem pode mais, chora menos”. Quem paga é o agricultor paranaense, quem paga é o consumidor. É a lei do mercado. É a lei que privatiza os lucros e socializa o prejuízo. E o prejuízo, Sr. Presidente, é pago pelo agricultor paranaense e por nós consumidores. Uma verdadeira lástima, uma verdadeira barbaridade!

Estamos encaminhando um requerimento ao Sr. Ministro Reinhold Stephanes, coincidentemente Ministro paranaense, para parabenizá-lo pelo estudo e também pela sua iniciativa, de iniciativa do Ministério a implementação de duas grandes fábricas de fertilizantes, uma no Paraná e uma em Minas Gerais. Espero que isto possa, pelo menos, contrabalançar este oligopólio que se forma de termos, pelo menos como tínhamos até 1992, setores que possam disciplinar o mercado. Ou isto, ou a lei do tudo ou nada que nós estamos vendo, com prejuízos para os paranaenses e todos os brasileiros.

Muito obrigado.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

No Grande Expediente, com a palavra a Deputada Rosane Ferreira, pelo tempo de 30 minutos.

### ***Deputada Rosane Ferreira (PV)***

A SRA. ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo a esta tribuna no dia de hoje para falar, mais uma vez, de Segurança Pública. Os jornais das últimas semanas, quase todos trazem manchetes: “Furtos e roubos de veículos, em média 16,6 por dia, na capital”; “Violência, questão de Saúde Pública”; “Delegacias superlotadas abrigam 7,6 mil presos no Paraná.”

O Paraná tem três municípios entre os 10 mais violentos do país e agora há pouco o Deputado Belinati falou sobre o problema de Segurança Pública do município de Londrina.

Pois bem, inicio a minha fala citando uma frase do Sr. Marcos Frank Vilela, historiador, policial militar de Jacarezinho, que diz: “Não precisa ser um grande conhecedor da política de Segurança Pública para saber que a atual política é forte para os fracos e fraca para os fortes.”

Sr. Presidente, em 8 de maio de 2007, a Comissão de Segurança Pública desta Casa, presidida pelo Deputado Mauro Moraes, a nosso pedido realizou na Câmara Municipal de Araucária, Audiência Pública para discutirmos o aumento da criminalidade e outros assuntos referentes ao tema. Contando com a participação da sociedade, cerca de 400 pessoas, mais policiais militares, Vereadores, o Prefeito da cidade, bem como com a presença dos Deputados Edgar Bueno, Reni Pereira, Marcelo Rangel, Douglas Fabrício e o Deputado Mauro Moraes que presidiu a Audiência, como não poderia deixar de fazê-lo. Era um dia muito frio, tinha chovido o dia todo e não esperávamos que tivesse uma presença tão grande na Câmara de Vereadores de Araucária. A presença das pessoas só traduziu a ansiedade das mesmas.

Hoje, muitos do Srs. Deputados estão fazendo pesquisa de opinião para o próximo pleito eleitoral. Sempre entre os dois ou, no máximo, nos três primeiros temas onde a sociedade mais cobra do Poder Público, está a questão da Segurança Pública. Antigamente tínhamos Saúde, Educação, Transporte e na seqüência vinha Segurança Pública. Hoje, Segurança Pública, se não estiver como primeiro requisito, primeira cobrança da sociedade, ela está em segundo, terceiro, no máximo.

Na época da Audiência Pública fui incumbida de ser a Relatora daquela Audiência pelo Deputado Mauro Moraes e o faço, neste momento, porque estamos iniciando os trabalhos, iniciando o ano legislativo e temos que retomar essa questão. Temos um concurso público realizado, temos a possibilidade de aumentar os efetivos, temos em discussão a criação de um novo batalhão de Polícia Militar em discussão hoje nesta Casa e temos que nos sensibilizar e chamar a atenção para o problema.

**(Lê):**

“O 17º Batalhão de Polícia Militar, operacionalmente subordinado ao Comando do Policiamento da Capital (CPC), foi criado conforme Decreto Lei nº 7073, de 10/07/90, no Governo Álvaro Dias, sendo inaugurado em 11/08/91. Desde sua criação o Batalhão Metropolitano é o encarregado das missões constitucionais da Polícia Militar em seus 22 municípios da região metropolitana de Curitiba, com uma área de atuação operacional de 12 mil 296 Km<sup>2</sup>, sendo que atualmente estima-se estar sob sua responsabilidade mais de 1 milhão e 600 mil habitantes. Contando com efetivo existente de cerca de 700 policiais militares.

O 17º Batalhão da Polícia Militar é dividido em cinco Companhias:

1ª Companhia - sede no município de São José dos Pinhais;

2ª Companhia - sede no município de Araucária;

3ª Companhia - sede no município de Campo Largo;

4ª Companhia - sede no município de Colombo;

5ª Companhia - sede no município de Almirante Tamandaré.

A 2ª Companhia, sediada no município de Araucária, é responsável pelos seguintes municípios: Araucária; Fazenda Rio Grande; Contenda e; Mandirituba.

Para dar sustentação às suas atividades, a 2ª Companhia conta com um efetivo de 116 policiais, assim distribuídos:

1) Araucária: 67 policiais;

2) Fazenda Rio Grande: 35 policiais;

3) Contenda: 07 policiais;

4) Mandirituba: 07 policiais.

Dos 116 policiais da 2ª Companhia, 31 policiais são considerados indisponíveis, em virtude de férias, acidentes de trabalho, licenças de saúde e outras licenças, caído o efetivo policial para o número de 85 policiais.

A 2ª Companhia, dentro de sua área de ação, tenta com o efetivo de 85 policiais, cumprir com suas obrigações, tais como: policiamento ostensivo; rádio patrulhamento; patrulha escolar; patrulhamento dos fóruns, projeto POVO; PROERD; serviço de inteligência; apoio judicial; escoltas; cursos de policiamento comunitário; atendimento a eventos esportivos (futebol etc...), atendimento a festas (religiosas, Festa do Pêssego, Festa do Vinho, Pinhão e demais festas tradicionais); atendimento aos eventos no Autódromo Internacional de Pinhais; dar, quando solicitado, apoio ao Comando de Policiamento da Capital e às demais Companhias.

Considerando a carga horária militar, a 2ª Companhia, para cumprir com suas atividades, divide-se em 3 equipes de policiais: uma equipe diurna; uma equipe noturna; uma equipe para substituição e rodízio.

Dividindo-se o efetivo de 85 policiais, pelas três equipes de trabalho, constatamos a existência de aproximadamente 28 policiais em cada equipe.

Cabe salientar que os municípios de Araucária, Fazenda Rio Grande, Contenda e Mandirituba, juntos perfazem uma população de aproximadamente 250 mil habitantes:

1) Araucária: 118.313 habitantes;

2) Fazenda Rio Grande: 90.875 habitantes;

3) Contenda: 14.719 habitantes;

4) Mandirituba: 20.645 habitantes.

Total: 244.552 habitantes

Seguindo este raciocínio e visto a existência de tão somente 28 policiais por turno de serviço, obtemos o absurdo resultado de um policial para cada 8 mil 734 habitantes, efetivamente atuando nos dois turnos de trabalho da 2ª Companhia da Polícia Militar.

Importante salientar que se os 116 policiais da 2ª Companhia trabalhassem diuturnamente, mesmo assim o percentual seria de um policial para cada 2 mil e 11 habitantes.

A ONU orienta que exista uma relação de pelo menos um policial para cada 500 habitantes e a média apresentada pelos países com os melhores resultados no campo da Segurança Pública é de um policial para cada 250 habitantes. (Fonte: site da ONU).

O efetivo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro está sendo fixado em 0,25% do número de habitantes do estado do Rio de Janeiro. (Projeto de Lei nº 1009/07 de 23/10/07).

Se fosse aplicado o mesmo índice de PM/habitante que pretende o estado, para a 2ª Companhia do 17º Batalhão da PM/PR, teríamos um efetivo de aproximadamente 611 policiais.

Contra dados não há argumentos. Os elevados índices de criminalidade na área da 2ª Companhia do 17º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná, justificam-se em função da disparidade grotesca entre a necessidade de efetivo/equipamentos e a realidade existente na área.

Muito embora os esforços dos policiais da 2ª Companhia assim como os demais do 17º Batalhão sejam imensos para cumprir com suas obrigações, constatamos que a falta de efetivo cria diretamente problemas para a execução de todas as atividades retro relatadas. Estes policiais são tidos como heróis, exercendo suas profissões com idealismo, pois é humanamente impossível garantirem Segurança Pública para os municípios de Araucária, Fazenda Rio Grande, Contenda e Mandirituba, com o reduzido número de policiais contratados.

Aliada a falta de pessoal, encontramos também a falta de equipamentos para suprir a demanda por Segurança Pública. Os veículos estão fatigados, sem a devida manutenção, são carros e motocicletas que embora com ano de fabricação recente, precisam ser urgentemente reciclados ou trocados por novos e aumentados em quantidades, a fim de atenderem toda área territorial da 2ª Companhia.

A obrigação de manutenção da 2ª Companhia é do Poder Executivo do Governo do Estado, mas quem paga a locação da sede da Companhia é a Prefeitura Municipal, que tenta ajudar a esfera estadual a cumprir com sua missão constitucional.

A Prefeitura Municipal de Araucária também mantém uma estrutura de apoio ao trabalho da 2ª Companhia, constituída pela Guarda Municipal, que constitucionalmente não possui poder de polícia, como também está implantando um sistema de monitoramento por câmeras para auxiliar os trabalhos. Por muito pouco a estrutura da Guarda Municipal de Araucária não é superior ao efetivo/equipamentos da 2ª Companhia.

Esta Comissão Permanente de Segurança Pública da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, tem a sensação de que está havendo a transferência da responsabilidade do estado de promover a Segurança Pública da área em questão para a esfera municipal.

Observa-se que estamos tratando de uma área que concentra o segundo maior pólo industrial do estado do Paraná, responsável por boa parcela da arrecadação do Tesouro do Estado.

Da mesma forma os municípios de Fazenda Rio Grande, Contenda e Mandirituba estão, dentro de suas possibilidades, colaborando com o trabalho da Polícia Militar, para estabelecerem o SIS - Sistema Integrado de Segurança, mas os crescentes índices de criminalidade, aliada a desproporção efetivo/população, conota que a contrapartida do estado não vem sendo cumprida, isto posto pelos depoimentos dos responsáveis militares constante das notas taquigráficas da Audiência Pública realizada.

Ficou claro que a falta de investimentos por parte do Governo do Estado do Paraná para garantir Segurança Pública para as populações dos municípios de Araucária, Fazenda Rio Grande, Contenda e Mandirituba, é a mola propulsora do aumento dos índices de criminalidade da região, situação que também se assemelha por toda a área de abrangência do 17º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Esta situação está acontecendo no exato momento em que o Governo Federal esta prestes a investir mais de R\$ 4 bilhões em aprimoramento do complexo da PETROBRAS, investimento este que trará mais 15 mil trabalhadores para o município de Araucária (empregos diretos) sem contar com empregos indiretos, afluxo de pessoas que consigo carreará demanda superior por Segurança Pública. Este é o caos anunciado para o futuro.

Tais investimentos são positivos, trazem emprego e renda, mas também atraem o crime organizado para perto da riqueza gerada. O município de Araucária também tem problema de áreas com ocupações irregulares, que de forma especial geram percentuais sócio-econômicos negativos e aumentam os índices de criminalidade da região.

Outro dado importante para esta conclusão de relatório, é que a 2ª Companhia, que atende quase 250 mil habitantes, conta com tão somente uma policial feminina, recentemente formada, que procede somente trabalhos

administrativos, realidade que demonstra o descaso com o atendimento especial que o estado deve obrigatoriamente dar às mulheres da região.

Por outro lado, é preciso salientar que a Polícia Judiciária do município de Araucária (Polícia Civil), vem colaborando para o aumento dos índices negativos. São fugas da delegacia, mal atendimento, policiais, policiais sob investigação, além da delegacia não abrir suas portas nos finais de semana e feriados, quando se acentuam os problemas de Segurança Pública.

Sendo assim podemos concluir:

1. Falta investimentos por parte do Governo do Estado para garantir Segurança Pública para as populações abrangidas pela 2ª Companhia do 17º Batalhão da Polícia Militar do Estado;

2. Há necessidade urgente do aumento do efetivo militar da 2ª Companhia;

3. Há necessidade urgente de reaparelhamento da 2ª Companhia;

4. Faltam policiais feminina para a 2ª Companhia;

5. Há falta de patrulhamento na área rural;

6. O 17º Batalhão da Polícia Militar é responsável pelo atendimento de mais de 1 milhão e 600 mil habitantes e possui tão somente um efetivo de 700 homens;

7. Há necessidade urgente do desmembramento do 17º Batalhão em dois batalhões, neste sentido manifestamos nosso integral apoio ao Projeto de Lei nº 198/07, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano norte da Polícia Militar, que atenderá os municípios de Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Cerro Azul, Colombo, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná;

8. Há necessidade urgente de intervenção do Poder Legislativo no orçamento do estado, no sentido de destinar recursos para a criação, aparelhamento e aumento do efetivo para consecução do desmembramento do 17º Batalhão da Polícia Militar nos moldes já mencionados;

9. Há necessidade urgente de envio de expediente desta Assembléia Legislativa, endereçado ao Sr. Secretário de Segurança Pública, no sentido de que o mesmo determine a imediata normalização do atendimento à população de Araucária, pois é inadmissível que a delegacia de polícia daquele município permaneça fechada nos finais de semana e feriados, período que a população mais precisa de atendimento.

Era o que tinha, preliminarmente a concluir.

É preciso salientar que a Polícia Civil do município de Araucária vem colaborando para o aumento dos índices negativos. São fugas da delegacia, mal atendimento, policiais sob investigação, além de a delegacia não abrir as suas portas nos finais de semana e nos feriados, quando se acentuam os problemas de Segurança Pública, quando acontecem os assaltos, os roubos, as brigas, são realmente nos finais de semana, os homicídios. E daí temos as delegacias fechadas. E não é uma realidade apenas do município de Araucária. Isso se repete por quase todos os municípios da região metropolitana de Curitiba.

Sendo assim, antes que eu conclua, quero conceder aparte ao Deputado Marcelo Rangel, na seqüência ao Deputado Reni Pereira, Deputado Mauro Moraes e ao Deputado Bertoldi.

**O Sr. Marcelo Rangel (PPS)**

Deputada Rosane, gostaria de parabenizá-la pelo seu pronunciamento, extremamente completo, técnico, extremamente competente. Estive participando no ano passado com V. Exa. da Audiência Pública que realizamos em Araucária, e eu pude constatar o quanto a senhora se dedica a essa causa, não só pela região de Araucária, como também a todo o estado do Paraná, nas questões ambientais e sobretudo com relação à questão da Segurança Pública. Eu sou fã do seu trabalho e gostaria de me somar também nessa batalha. A senhora pode contar com este Parlamentar no que for preciso. Parabéns pelo seu pronunciamento. Realmente um estudo completo, complexo que a senhora está apresentando nesta Casa Leis nesta tarde. É digna de todo louvor.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigado.

**O Sr. Reni Pereira (PSB) (Aparte)**

Deputada Rosane, o seu pronunciamento hoje na verdade reflete, como V. Exa. muito bem colocou, algo que hoje é a grande preocupação dos paranaenses. V. Exa. se refere à região metropolitana, mas não é diferente da região de Foz do Iguaçu, de Londrina, de Ponta Grossa, de Guarapuava, de Cascavel. E o porquê disso? V. Exa. até abordou que é a questão do investimento. Então não podemos aqui - e está aqui o Líder do Governo - fazer a política de avestruz, se o Governo arrota grosso que tem dinheiro e não faz investimentos, e não podemos ser imaturos no sentido de cobrar e prometer para a população uma segurança que sabemos que está bem mais longe do discurso, porque a realidade é outra. Dizer que o culpado é o Requião, é o Lerner, é o Alvaro Dias, seria uma leviandade.

O fato é que o estado é responsável pela Segurança Pública, os Deputados são responsáveis para cobrar eficiência do Executivo Estadual e a população cobra dos Deputados, seus representantes que se mexam, que façam algumas coisas. E V. Exa. foi por um caminho, tem que buscar, se não há dinheiro para fazer novos investimentos, contratações para repor aqueles que se aposentaram, que estão em licença. Vamos buscar arranjos criativos para melhorar os índices de criminalidade e de violência no Paraná. Serviço administrativo pode muito bem ser feito por empresas tercerizadas ou contratos administrativos e libera esses policiais que estão fazendo esse serviço.

Em relação à fronteira, no final do ano todos nós, Deputados, aprovamos aqui um pedido de intervenção da Força Nacional de Segurança. O Ministro respondeu recentemente dizendo que ele envia, porque a situação da fronteira com o Paraguai não é uma situação para ser

cuidada pela Polícia Militar e pela Civil como hoje é feito; tem que ser feito pela Força Nacional de Segurança, mas tem que ter humildade do Governador, assinar e pedir à Força Nacional para cuidar da fronteira, que não é obrigação da Polícia Militar e Civil.

Então parabéns pelo seu pronunciamento, e mais ainda, eu me somo a V. Exa., e não só criticar, mas fazer o papel de representante aqui, e a população cobra, é também indicar soluções.

Então, é preciso que o Governo tenha humildade e escute a população que está cobrando soluções na área da segurança.

Muito obrigado!

**O Sr. Mauro Moraes (PMDB) (Aparte)**

Gostaria de parabenizar V. Exa., por ter solicitado a esta presidência para realizar a 1ª Audiência Pública sobre a Segurança em Araucária.

Já temos quatro marcadas e dizer do sucesso daquela reunião.

O Paraná não pode perder para a violência nem para a falta de competência, porque hoje há uma inversão de valores. Cidadão de bem que paga imposto tem que ficar trancado em casa, enquanto o delinquente, o bandido está transitando livremente pelas ruas da cidade.

Temos que dar um basta nisso, mas é oportuno frisar que o atual Governo pegou a Segurança totalmente sucateada. Muitas medidas foram tomadas na área da Segurança. Contratação de mais de 4 mil policiais; quase 3 mil viaturas; armamentos novos. Têm sido tomadas algumas providências, mas na minha opinião, é muito pouco ainda.

Temos que fazer uma verdadeira cruzada contra o crime. Curitiba, segundo dados oficiais em matéria de homicídios, já ultrapassou São Paulo e está empatando com o Rio de Janeiro.

Não podemos permitir que o Paraná se transforme num estado violento como São Paulo e Rio de Janeiro.

Ao mesmo tempo em que parabenizo V. Exa. que está conosco nessa luta. Não vamos fechar os olhos, não.

Somos do partido do Governo, mas vamos fazer uma caminhada até o Palácio das Araucárias, onde pretendemos entregar mais de 200 mil assinaturas para que o Governo possa tomar medidas drásticas e urgentes para coibir a violência que aumenta a cada dia em nossa cidade, em nosso estado.

**O Sr. Osmar Bertoldi (Partido Democratas) (Aparte)**

É de suma importância trazer para esta Casa esse tema.

O Deputado Mauro Moraes falou bem quando disse que a cidade de Curitiba hoje está empatando com o Rio de Janeiro em homicídios.

Quando você vê uma cidade que tem condição econômica, cultural, urbana, muito melhor, se compararmos com a cidade do Rio de Janeiro, e o crime chegando de igual para igual, alguma coisa está errada.

O que está errado é a questão de prioridade. Governar é identificar as prioridades. Nesse sentido, os governos de estado, não quero colocar um único culpado, deixaram a desejar ao longo de décadas.

Hoje estamos colhendo aquilo que foi plantado no passado. Esse passado inclui Roberto Requião, Jaime Lerner, inclui outros governantes.

A questão da Segurança Pública não é uma questão de Oposição ou Situação, é uma questão da sociedade, de as pessoas poderem viver em liberdade, de irem e virem sem correrem risco de vida.

Quando esta Casa se envolve com um tema como esse, e procura apontar soluções ao Governo do Estado, não queremos ocupar o lugar do Executivo, mas queremos apontar aquilo que escutamos da sociedade. Como bem disse V. Exa., no que diz respeito a qualquer pesquisa de opinião, a Segurança Pública hoje é o grande trauma de Curitiba e toda região metropolitana.

Há de pensarmos que hoje vivemos numa única cidade, uma cidade que vai mudando de nome, que é uma grande massa urbana que envolve Colombo e toda região metropolitana, e que tem o mesmo problema: a questão da Segurança Pública. É nesse sentido que, como Deputados, queremos dar a colaboração e o apoio nesta luta que não é só sua, que é de toda esta Casa e que V. Exa. muito brilhantemente tem encabeçado.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigada, Deputado.

Sr. Presidente, peço o horário do Bloco Independente para que eu possa conceder a palavra a mais dois Deputados e concluir.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. tem o horário do Bloco Independente.

### ***Passa a usar o horário do Bloco PSB/PR/PRB/PV***

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Muito obrigada. Por favor, Deputado Chico Noroeste.

O Sr. Chico Noroeste (PR) (Aparte)

Em primeiro lugar, muito obrigado pelo aparte, Deputada.

Acho que este é um tema que deve ser debatido em outras Sessões, até porque a questão da violência no estado do Paraná chegou praticamente aos extremos. Quando se refere ao estado do Paraná, olhando o mapa da violência dos municípios brasileiros, no ano de 2000, o estado do Paraná estava na 16ª posição no ranking dos estados brasileiros e hoje está na posição de número 9, ou seja, é o 9º estado do Brasil mais violento.

Agora, existe uma particularidade no estado do Paraná: a nossa cidade de Foz do Iguaçu. Você sabe que temos 5 mil e 560 municípios brasileiros e, conforme o

mapa da violência que foi propagado, foi divulgado na semana passada, nos últimos 10 dias, Foz do Iguaçu é a 5ª cidade mais violenta do Brasil. Isto com relação a homicídios, com 98,7 homicídios por grupo de 100 mil habitantes. Agora, quando vamos para o lado da juventude, Foz do Iguaçu está com 234,7 homicídios por grupo de 100 mil habitantes. Está disparada a cidade mais violenta do Brasil. Refletindo um pouco com relação ao discurso do Governador Roberto Requião, na abertura dos trabalhos, percebemos que ele falou em vários avanços, até falou um pouco de segurança, do Projeto POVO, da Patrulha Escolar, mas infelizmente não podemos comemorar resultado satisfatório nenhum. Agora eu penso: será que o Governador Roberto Requião não vem observando tão autêntico como é o desenvolvimento dos trabalhos que faz o seu Secretário da Segurança? Certamente um trabalho que não satisfaz a todos nós paranaenses.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Obrigada!

Com a palavra o Sr. Deputado Strapasson.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB) (Aparte)

Deputada Rosane, inicialmente quero cumprimentá-la por levar à tribuna um tema de grande relevância, especialmente aqui na região metropolitana, que é a questão da Segurança Pública.

Creio que devêssemos nos aprofundar neste assunto, não sob a ótica de culpar ou criticar o atual Governo ou o Governo anterior. Como se falou até então, a Segurança Pública é hoje o drama nacional, especialmente nas grandes cidades, nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos, onde a desigualdade social é mais forte. A criminalidade não é estipulada necessariamente pela pobreza. Piauí, apesar de ser um dos estados mais pobres da federação, não é o mais violento. Portanto, a desigualdade social, hoje, a condição que vive o nosso jovem, especialmente nos municípios periféricos, limítrofes com Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, que apesar de ser o segundo maior arrecadador do estado do Paraná, tem um belo orçamento e tem problemas seriíssimos na área social, assim como tem em Almirante Tamandaré, Colombo e tudo o mais.

Creio que podemos nos aprofundar. A região norte, a 4ª Companhia de Colombo, que atende Colombo, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Bocaiúva, Tunas e Adrianópolis, atende 310 mil habitantes em uma área territorial muito grande, que vai até Adrianópolis, divisa com São Paulo, e tem um efetivo na média de um policial para cada 3 mil e 100 habitantes. Isso na média, se formos pegar os municípios isoladamente, por exemplo, Colombo tem um policial para cada 4 mil e 800 habitantes, não creio que vai ser resolvida com a questão de pôr somente mais efetivo. Se não houver um trabalho integrado na região, da Polícia Científica investigando, procurando acelerar, em conjunto com o Poder Judiciário para que haja punição aos criminosos, com certeza, não vai ser apenas e tão somente o aumento do efetivo que vai resolver.



Tenho certeza que em breve o Governo vai criar um novo batalhão, mas isso não será suficiente, porque não há como combater um exército, que diariamente se encaminha, porque o mundo do crime, talvez ofereça mais oportunidade do que a sociedade atual aos jovens, que muitas vezes nas ruas estão se profissionalizando no caminho errado. É salvar vidas, é reduzir custos. Para a sociedade do futuro é emergencial que o Governo Municipal, Estadual e Federal, através de um programa nacional, como está ocorrendo hoje com o Governo Federal, possa investir efetivamente na Segurança Pública dos grandes centros urbanos, do qual a grande Curitiba está contemplada no plano nacional.

Era isso, Deputada. Muito obrigado. Espero em outras oportunidades, talvez, com o Deputado Mauro Moraes, que é da Comissão de Segurança Pública, poder fazer um fórum, um debate mais técnico e científico e propor soluções.

A SRA. ROSANE FERREIRA (PV)

Perfeito o seu pronunciamento, Deputado. Entendo exatamente isso.

A questão da Segurança Pública não se encerra dentro da área da Segurança Pública propriamente dita. Quando se falha em instituição família, quando se falha em instituição escola, quando não conseguimos inserir as pessoas no mercado formal de trabalho, aí é que a política tem que intervir. Na verdade é o fim de todo um processo de negligências, se esta é a palavra adequada.

Por fim, quero encerrar o meu pronunciamento e concluir com o seguinte resumo:

**(Lê):**

“1) faltam investimentos por parte do Governo do Estado para garantir Segurança Pública para as populações abrangidas pela 2ª Companhia do 17º Batalhão da Polícia Militar do Estado;

2) há necessidade urgente do aumento do efetivo militar da 2ª Companhia;

3) há necessidade urgente de reaparelhamento da 2ª Companhia;

4) faltam policiais femininas para a 2ª Companhia;

5) há falta de patrulhamento na área rural;

6) o 17º Batalhão da Polícia Militar é responsável pelo atendimento de mais de 1 milhão e 600 mil habitantes e possui tão somente um efetivo de 700 homens;

7) há necessidade urgente do desmembramento do 17º Batalhão em dois batalhões. Neste sentido, manifestamos nosso integral apoio ao Projeto de Lei nº 198/07, que autoriza o Poder Executivo a criar o Batalhão Metropolitano Norte da Polícia Militar, que atenderá os municípios de Adrianópolis, Almirante Tamandaré, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Cerro Azul, Colombo, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná;

8) há necessidade urgente de investigação do Poder Legislativo no orçamento do estado, no sentido de destinar recursos para a criação, aparelhamento e aumento do efetivo para consecução do desmembramento do 17º Batalhão da Polícia Militar nos moldes já mencionados;

9) há necessidade urgente de envio de expediente desta Assembléia Legislativa, endereçado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, no sentido de que o mesmo determine a imediata normalização do atendimento à população de Araucária, pois é inadmissível que a Delegacia de Polícia daquele município permaneça fechada nos finais de semana e feriados, período que a população mais precisa de atendimento”.

Enfim, era o que eu tinha, preliminarmente, a concluir. Obrigada, Sr. Presidente. Obrigada a todos os Deputados que estão presentes nesta Sessão, e principalmente os Deputados que me ajudaram a aprovar cinco indicações que fiz nesta Casa durante o ano passado no sentido de cobrar mais segurança para o povo que me colocou nesta tribuna.

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças.

PDT: com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

## ***Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins***

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na Ordem do Dia de hoje há um projeto da maior importância para o cidadão. Esse projeto não é de minha autoria, é de autoria do Deputado Douglas Fabrício, é a primeira discussão do projeto, dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos na carteira de identidade emitida pelo Órgão de Identificação do estado - o tipo de sangue na carteira de identidade. Ainda hoje, por falar em identidade, tenho certeza que os nobres Deputados, alguns já devem ter recebido esse tipo de reclamação e de reivindicação da população, Sr. Presidente, aqui em Curitiba temos alguns postos para a feitura da carteira de identidade, por exemplo, temos na rua José Loureiro.

Vejam o que acontece com o povo, vejam o que acontece com o cidadão, com a cidadã, Deputado Valdir Rossoni: o cidadão passa praticamente a noite toda em uma fila. No caso de uma senhora, ela chegou às 05h30 da manhã, às 9h eles começam a distribuir senhas, são 80 senhas, 80 atendimentos. E essa senhora, já de uma certa idade, a sua senha era de número 79, ela foi atendida só depois do almoço, por volta das 14h. Pasmem os senhores e as senhoras, naquele local não existe banheiro, não existem condições, não existe o mínimo de respeito para com o cidadão, e o atendimento não é legal, não é bom, mas não é por culpa dos funcionários do Instituto de Identificação, não é por culpa deles, eles estão sobrecarregados e em muitos órgãos está sobrando gente. Por que não mandar esse gente para o Instituto de Identificação?

E aí nosso colega, Deputado Douglas Fabrício, apresenta um projeto como este, da maior importância, e é, e é!

Então, estou aproveitando para falar da importância desse projeto que merece a nossa aprovação para ter o tipo de sangue na carteira de identidade. Isto é bom demais.

Mas, Deputado Luiz Accorsi, ontem a TV Assembleia, a TV SINAL transmitiu também a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, isso é muito bom, isso é ótimo. E na reunião de ontem da Comissão de Constituição e Justiça foi falado muito sobre motoqueiro. Na verdade, houve uma provocação. E uma das funções do Parlamentar é provocar, provocar no bom sentido, provocar o outro para uma discussão, para o embate, porque através da discussão e do embate vem a luz e a luz clareia o caminho de todos nós, não é Professor Luizão, principalmente o povo de Pinhais, pobre povo, heim!

O Eduardo, olha, veja a importância de um veículo como a televisão, Deputada Beti, Veja a importância, nós provocamos. Aí recebi um e-mail de um motoboy, Deputado Miltinho Puppio, do Eduardo Debernyj.

(Lê):

“Nome: Eduardo Debernyj

E-mail: edudocoxa@.com

Mensagem: Bom-dia Luiz Carlos Martins. Gostaria novamente de fazer um desabafo. Estamos assistindo e escutando alguns senhores políticos caindo de pau em cima dos motoqueiros, com regularização de capacetes, regularização de caixas para transporte, etc. Luiz Carlos Martins, eu lhe pergunto: por que estes mesmos políticos que estão de olho nos motoqueiros não se preocupam em fazer com que esta categoria tenha mais segurança para o seu trabalho, pois hoje somos roubados nos sinaleiros, na saída de banco... por que estes mesmos políticos não vão verificar os painéis dos veículos caros e bonitos com os DVDs ligados no painel frontal dos carros em trânsito? Por que não vão verificar os painéis dessas lindas caminhonetes que aí estão circulando? Por quê não vão educar os motoristas que não ligam o pisca-pisca ao manobram seus carros? Por que não fiscalizam melhor o uso do celular ao volante? Luiz... eu te juro... se eu ganhasse R\$ 0,10 por motorista usando o celular no trânsito, que eu vejo... trabalharia de Mercedes... e ainda os políticos sobem quase 40% o seguro obrigatório das motos, alegando falta de segurança. Não temos lugar para estacionar as motos no centro, por qualquer motivo somos multados. Como falta consciência da parte desses políticos, eu te pergunto: estes políticos não dirigem? Não assistem o que eu vejo neste nosso caótico... Sabe o que eu vejo... a única coisa que importa para estes políticos é encher o bolso de dinheiro. Sabe Luiz... o motoboy é o melhor amigo do seu cliente quando ele pede uma pizza ou remédio... passou isto, se o mesmo cliente puder no dia seguinte, com o carro dele passar por cima do motoboy ele passa... Sinceramente estou cansado desta situação... e que o Tito (Presidente do Sindicato dos

Motoboys) seja mais presente com os motoqueiros, pois na maioria são homens que simplesmente estão trabalhando, sustentando sua família, no assento da sua moto. Que Deus continue lhe dando muita luz e força, para que continue fazendo seu magnífico trabalho. Abraços. Ass. Eduardo Debernyj, morador do bairro do Seminário.”

Interessante! É preciso que tenhamos aqui bastante cuidado, que não venhamos aqui levantar questões sem fundamento. Ainda ontem conversávamos com o Deputado Dobrandino isso: é preciso saber o que vem aqui dizer. Nós estamos sendo assistidos, sim, estamos sendo analisados, e isso ajuda nessa transparência. Estamos sendo ouvidos e assistidos em muitos lugares, por gente pobre, gente rica, gente que faz opinião, gente que só assiste para ficar observando os nossos erros, mas gente que assiste para ver como estamos caminhando, o que pensamos, gente que votou na gente e gente também que não votou na gente, não importa, isso é muito bom, isso é transparente, isso ajuda a democracia.

Concedo o aparte ao Deputado Osmar Bertoldi.

### O Sr. Osmar Bertoldi (Partido Democratas)

Deputado Luiz Carlos Martins, há uma responsabilidade maior, na medida em que está sendo televisionado, dos posicionamentos até para prestarem mais atenção. Independente disso, o que eu acho, no que diz respeito especialmente à questão dos motoboys ou dos motoqueiros que usam esse tipo de locomoção, mais barato, que é a moto que, muitas vezes, para se resolver um problema se procura o caminho mais fácil. O caminho mais fácil, às vezes, está em prejudicar os motoqueiros e não em trazer segurança pública de verdade, para eles e para os outros. Acho que nós, aqui nesta Casa, temos que estar sempre atentos no sentido de tentar ir direto à causa e não naquilo que é mais fácil se fazer. Porque hora você quer combater a violência e meia dúzia de bandidos usam a motocicleta para fazer seu crime, você penaliza toda uma classe de trabalhadores que utilizam a motocicleta como meio de locomoção. Então, vejo que o problema está na Segurança Pública e não no motociclista.

### O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, um minutinho para encerrar: não tenho dúvida, Sr. Presidente, não tenho dúvida, Deputado Romanelli, Líder do Governo, ouvindo e conversando com as pessoas, da forma como ele está caminhando, não tenho dúvida nenhuma que o Senador Osmar Dias será o próximo Governador do Paraná. Sabe por quê? Porque há uma história no Paraná, o povo paranaense costuma ressair o perdedor, principalmente o perdedor no caso do Senador Osmar Dias! Então, o Osmar caminhando da forma como está caminhando, com inteligência, com seriedade, não tenho dúvida que o Senador Osmar Dias vai ser o próximo Governador do Estado do Paraná e oxalá muitos aqui estejamos todos juntos para ajudar o Osmar nessa grande caminhada.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário das Lideranças; Bloco PPS/PMN. Com a palavra Deputado Marcelo Rangel pelo tempo de 10 minutos.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel***

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma ótima tarde e eu gostaria de pedir desculpas aos nobres Parlamentares, mas infelizmente não vou poder conceder apertes pois tenho apenas 10 minutos e meu assunto é um pouco extenso, mas de relevância.

Acabei de receber um e-mail do Deputado Federal Barbosa Neto, amigo Parlamentar, com as seguintes informações que achei realmente muito interessante. Sobre os gastos da cozinha do Palácio das Araucárias.

Palácio das Araucárias, nome bonito, chique - e é realmente muito chique - porque na verdade o Palácio das Araucárias gastou, simplesmente, o dobro do Palácio do Planalto, Palácio do Presidente Lula. Só em supermercado gastaram R\$ 32.984 com carne, 3 toneladas e meia de filé mignon. Gastaram R\$ 27.225 com pescados, ou seja, 1 tonelada de camarão.

Fico imaginando que você chega no Palácio das Araucárias e todo mundo lhe oferece camarão, ao invés de cafezinho. Quer um camarãozinho? Aqui nós temos camarão à vontade. Porque 1 tonelada é impressionante. Além de R\$ 18 mil em cafezinho. O dobro do Palácio do Planalto. Lá passam Embaixadores, Ministros, enfim. Inclusive, já estão até brincando, estão dizendo por aí que o que mais cresceu no estado do Paraná, no ano passado, foi a barriga do Requião. Realmente, nós podemos acompanhar, o Requião está gordinho, está comendo bem.

Lembro perfeitamente que o Governador quando esteve na inauguração desse Palácio das Araucárias, ele simplesmente convidou todos os Secretários, o arquiteto, as autoridades e, coitado do Caron. O Caron foi escrachado publicamente, recebeu um xingamento porque o Governador não gostou muito das paredes, dos tapetes ou então do ar-condicionado, das cores. Enfim, não gostou realmente do seu gabinete, mas a licitação do Palácio das Araucárias não foi cancelada, como aconteceu no Colégio Instituto de Educação da cidade de Ponta Grossa, onde hoje pela manhã, às 8h, estive como Presidente da Comissão de Obras fazendo a fiscalização, que é prerrogativa parlamentar.

Sras. e Srs. Deputados, as fotos estão no meu site [www.marcelorangel.zip.net](http://www.marcelorangel.zip.net).

O que vocês vão acompanhar é algo absurdo, um dos colégios mais importantes do estado do Paraná está simplesmente caindo aos pedaços. Se a defesa pública passar por lá, interdita na hora e eu apóio, com responsabilidade total para o Governo do Estado que aí está.

Gostaria muito de convidar o Sr. Governador Roberto Requião para fazer uma visita, porque tenho certeza

absoluta que ele não sabe. Amanhã estarei mostrando as imagens através da TV Assembleia e através aqui do plenário de como está o Instituto de Educação da cidade de Ponta Grossa. Absurdo! Fiz estágio como acadêmico de Direito, por um ano, no “Cadeião de Santa Maria”. Aquilo lá está igual um presídio. Realmente sem condições alguma.

Se o Governador pegar uma comitiva, que pode passar até mesmo pelo Líder do Governo, Deputado Romanelli, outros Deputados, Deputado Péricles que é Presidente da Comissão de Educação. Pega uns carros oficiais, vão para Ponta Grossa, podem desviar do pedágio porque carro oficial não paga pedágio, então desvia, chega lá no Colégio César Prieto Martinez e verão o absurdo. Agora tenho certeza absoluta que se o Governador for lá com os Secretários e com a Bancada de Governo vai ter muito xingamento sim. Agora o Governador vai ter que xingar o próprio irmão, Sr. Maurício Requião, que é considerado o melhor Secretário de Educação do Brasil.

Estranho, muito estranho! Mas, a propaganda está boa. A propaganda está sensacional. Eu estou aqui com o jornal Notícias do Paraná, o primeiro jornal Notícias do Paraná para a cidade de Curitiba, porque este segundo jornal Notícias do Paraná foi escondido. Esconderam o jornal.

Queria só saber e nem vou questionar com relação ao hospital, que não está funcionando, mas já foi falado, o hospital na capa, Deputado, o senhor mostrou o hospital no tijolo. Este aqui está com vidro. Não está funcionando. Porque construir é fácil, o duro é manter. Como o Governo não mantém nem o Colégio Instituto de Educação, tenho minhas dúvidas com relação à manutenção do hospital, que eu, inclusive, estou reivindicando através da população da região dos campos gerais, através de um projeto, o chamado 831, o nome como Hospital Memorial. E as pessoas, em casa, as pessoas nas ruas, já estão chamando o hospital de Hospital Memorial. Em memória às 389 pessoas que perderam suas vidas à espera de leitos de UTI e leitos de emergência nos últimos anos, na região dos campos gerais.

Mas, senhoras e senhores, pude perceber que os Deputados da base governista - e ontem assisti ao discurso do Deputado Waldyr Pugliesi, que é um dos melhores oradores do estado do Paraná, tenho muita apreciação pelo discurso do Deputado Waldyr Pugliesi, que citou meu nome por diversas vezes. O Deputado citou o dramaturgo italiano - achei muito bonito - Luigi Pirandello: “Assim é, se me parece”. Não é bonito isso? É muito bonito.

Assim como o Governador Roberto Requião em seu discurso citou Voltaire. Aliás, uma prática do nosso Governador. Segundo Voltaire, e eu estudei, também, quando fiz vestibular, decorei inclusive esta frase, mas vou ler para não errar: “Posso discordar de tudo que você diz, mas vou morrer defendendo a sua liberdade de dizê-lo”. É maravilhoso! É lindo! A “escolinha” ensina a

gente. A “escolinha” ensina muita coisa, também, para o Líder do Governo, Deputado Luiz Romanelli, que citou. Agora está na onda das citações. O Deputado Romanelli citou Os Racionais: “Eu sou um soldado da paz, preparado para a guerra”. Gostei também. Achei muito bonito.

Também vou citar um filósofo. Depois de todos os escândalos com o Secretário de Comunicação, Airtton Pissetti, que é fugitivo da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque não veio prestar contas, aqui, na Casa do povo. Não contou para ninguém quanto o Governo do Estado pagou por este jornal; também não contou quantas tiragens, qual é a tiragem deste jornal; por que é que usou papel do Diário Oficial; por que esconderam os jornais de Curitiba; por que não cumpriram a Lei de Imprensa, que obriga o registro da gráfica. E agora está levando dinheiro, segundo a revista Isto É, para o Paraguai.

Então, também gostaria de fazer uma citação filosófica. Vou citar o filósofo Capitão Nascimento, da Tropa de Elite, este é um grande filósofo: “Pissetti, pede para sair!”

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado à Liderança do Partido dos Democratas, concedemos a palavra ao Deputado Plauto Miró Guimarães.

### ***Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró***

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Tenho prestado atenção na Sessão e desde o começo a Assembléia Legislativa do Paraná deixa claro as posições dos Parlamentares que fazem parte da base aliada. E, naturalmente, a Oposição fazendo o seu papel e sua função de fiscalizar, denunciar e cobrar compromissos e propostas feitas pelo Governo do Estado, pelo Governador, durante o período eleitoral.

E hoje vi nesta Casa, os Deputados da base aliada tentando, na tribuna do Governo, mostrar obras do Governo do Estado do Paraná. É a TV Assembléia que aí está e naturalmente os Deputados do Governo querem mostrar as ações do Governo do Estado. E como falei, a Oposição questionando. E eu não poderia, neste momento, vir aqui para tentar esclarecer, Deputado Romanelli, porque acredito que a Secretaria de Comunicação Social, acho que o Secretário está gastando muito as suas energias lá no Paraguai, e ele andou se desapercibendo da montagem do jornal Notícias do Paraná, aquele informativo do Governo do Estado que foi distribuído em todas as residências da cidade de Ponta Grossa mostrando ações do Governo do Estado. Só que dentro deste jornal, Deputados, tem erros, tem coisas que não são verdadeiras, tem aqui que o Governo do Estado do Paraná está investindo 8,4 milhões para reformar 12 escolas.

Olhei rapidamente quando chegou na minha residência esse jornal, vi que tem três escolas aqui estão relacionadas e que não receberam a reforma. E digo quais são: o Instituto de Educação, César Prieto Martinez, está aqui também o Colégio Estadual Santa Maria e o José Elias da Rocha. Então, aqui está anunciado como obras realizadas, só que nada disso aconteceu até agora. O cidadão que recebeu na sua casa esse jornal, o que ele vê? “Olha, o Governo do Estado fez tantas escolas, recuperou tantas escolas”. Eu posso dizer que isso aqui acaba sendo uma propaganda enganosa. Tenho certeza que o Governador do Estado não deve saber sobre isso, Deputado Luiz Carlos Martins, porque com certeza ele não lê o jornal, porque o jornal - ele não sabe de todas as ações do Governo do Estado nesses mais de cinco anos que está fazendo no estado do Paraná.

Outras coisas que relatei aqui também e que eu gostaria de deixar claro, para que todo cidadão que está escutando essa relação de obras que os Deputados ligados ao Requião estão falando dentro da Assembléia, e falaram de obras em Ponta Grossa, e nesse jornal informativo que fala sobre ações do Governo em Ponta Grossa, tem várias obras aqui, vou falar de algumas delas que foi dinheiro emprestado à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa para que obras pudessem ser executadas. Para deixar claro, o Prefeito do município toma junto ao Programa Paraná Urbano um empréstimo do Governo do Estado para que a prefeitura possa pagar em 15 anos, e naturalmente a prefeitura realiza, executa as obras. E quem paga por isso, esse empréstimo, é o cidadão, é o morador do município no momento que ele recolhe os seus impostos aos cofres da prefeitura e a prefeitura todo ano paga o Programa Paraná Urbano, que é um programa do Governo do Estado do Paraná, uma parcela referente ao empréstimo que ele tomou junto ao Programa Paraná Urbano.

Então, para deixar claro, essas obras na cidade de Ponta Grossa, vou relacionar uma bela obra que lá está sendo executada. Temos no município a rodoviária, uma bela obra esperada há muito tempo pelos pontagrossenses, e que o atual Prefeito prometeu na atual campanha e está executando, a prefeitura está executando a obra porque ele emprestou o dinheiro do Programa Paraná Urbano do Governo do Estado do Paraná. E nós, pontagrossenses, vamos na sequência pagar esses empréstimos através dos impostos que recolhemos no município. Tem aqui, Centro de Atendimento à Saúde, uma obra que o Prefeito de Ponta Grossa bolou lá para essas obras serem construídas dentro dos terminais da cidade, e nesses centros de atendimento à saúde a população que tiver necessidade vai procurar ali e ali vai ser atendido ou distribuído para as demais unidades de saúde dentro do município de Ponta Grossa.

Então, aqui no jornalzinho está como se o Governo do Estado do Paraná estivesse fazendo essa obra; mas não é, o Governo do Estado emprestou os recursos para o município. Tem aqui: avenida Dom Geraldo de Pelanda,

está aqui o empréstimo do Governo do Estado do Paraná; tem também, e aqui eu não posso deixar de falar do ex-Prefeito e hoje Deputado Péricles, a obra do velho cinema novo, um programa do Governo anterior que ele tinha e que, numa ida do Governador a Ponta Grossa, o Prefeito da época, Péricles de Mello, pediu ao Governador que esse programa fosse implementado no Cine Ópera.

O Prefeito Péricles de Mello comprou com recursos da prefeitura o imóvel, e o Governador passado destinou recursos a fundo perdido, para que a prefeitura pudesse recuperar o Cine Ópera. Obra essa que, no final do governo do Prefeito Péricles de Mello, foi inaugurada. Não estava 100% concluída, mas estava praticamente pronta. Parece-me que teve algumas ações a mais, pelo incêndio que lá aconteceu. Aí sim, o Governo atual acabou emprestando recursos do Programa Paraná Urbano para que pudessem ser equacionados alguns problemas que existiam relacionados àquele sinistro.

Então, era isso que queria registrar. Ninguém aqui está querendo dizer que não foi bom para Ponta Grossa. Toda obra é importante.

O Programa Paraná Urbano existe há muito tempo no estado do Paraná. E os Prefeitos emprestam dinheiro desse programa para fazer a sua obra, porque são 15 anos de prazo com juros muito pequenos.

Agora, eu tinha obrigação aqui de contar. Porque ontem vários ponta-grossenses me ligaram dizendo que assistiram a TV SINAL e gostaram muito.

Então, me sinto na obrigação de contar aqui a todos que compõem esta Casa e àqueles que estão nos assistindo, que boa parte que está aqui escrito está errado.

Tenho certeza que o Governador do Estado não deve saber tudo aquilo que aqui está escrito.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulta a Liderança do PP.

(Declina)

No horário do PSDB, com a palavra o Deputado Ademar Traiano.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano***

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna com objetivo de levar à opinião pública do Paraná algumas explicações com relação a um projeto de nossa autoria que tramitou na CCJ, tendo a sua devida aprovação quanto a sua constitucionalidade. Após ser analisado pelas comissões virá ao Plenário para aprovação.

O assunto é pertinente, até porque acompanhei o pronunciamento do Deputado Luiz Carlos Martins, brilhante Deputado, homem do rádio, que tem uma audiência extraordinária na região metropolitana de Curitiba.

Ele leu aqui uma carta de um motoqueiro mostrando a preocupação com relação ao comportamento dos políticos e dando várias sugestões que poderíamos fazer em benefício do segmento da classe.

Deputado Luiz Carlos Martins, a nossa preocupação ao apresentarmos esse projeto vem ao encontro de buscarmos a preservação do bom, do eficiente profissional motoqueiro. Quero afirmar que é uma brilhante profissão.

Não temos o objetivo e o desejo, ao apresentar este projeto, de buscar prejuízo de ordem pessoal a esse segmento. Pelo contrário, já afirmei e volto a reafirmar: nosso objetivo é preservar a imagem desse trabalhador decente, honrado, sério.

Deputado Luiz Carlos Martins, paranaenses que nos ouvem, esses trabalhadores, muitas vezes, podem ser confundidos com marginais que utilizam uma motocicleta e se escondem atrás de um capacete para praticarem assaltos, agredirem a família paranaense. Esses assaltantes acabam denegrindo por inteiro a imagem desses cidadãos valerosos do Paraná. Por isso, estou usando a tribuna para fazer uma breve explicação com relação ao projeto de nossa autoria, que virá ao Plenário e servirá para um amplo debate com os Srs. Parlamentares, com o objetivo quem sabe até de aprimorar o nosso projeto. O que buscamos, na verdade, com este nosso projeto, é dar a segurança absoluta ao cidadão paranaense como um todo.

É comum presenciarmos nos meios de comunicação notícias e mais notícias de assaltos que acontecem na capital do estado e no interior, de pessoas que praticam assaltos utilizando uma motocicleta e escondendo-se atrás de um capacete para praticar esse tipo de assalto. Pretendemos coibir o uso do capacete aos profissionais dessa área ao chegarem em repartições públicas, em prédios e em condomínios. Quando chegarem a esses locais eles devem procurar retirar de imediato o capacete para a devida identificação das pessoas, com o objetivo da proteção de quem está recebendo a encomenda e até da preservação da imagem desse profissional valoroso. Esse é o nosso objetivo.

Um projeto dessa natureza já foi submetido à apreciação no estado da Paraíba e foi fruto de um comentário, em nível nacional, em todos os meios de comunicação, porque se há uma área que realmente preocupa a todos é a segurança. Temos a responsabilidade, como instrumento de voz daqueles que anonimamente não podem estar neste Parlamento, de zelar pela segurança dos paranaenses e é exatamente com este objetivo que estamos apresentando este projeto para proteger o nosso cidadão. Em nenhum momento pensamos em prejudicar esse segmento tão valioso dos motoboys, dos motoqueiros que trabalham diuturnamente, que precisam ganhar o seu salário para sobrevivência da sua família. Nós queremos estar ao seu lado.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PDT)

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Deputado Traiano, agradeço pelo aparte. Na verdade, cometi uma falha porque tinha um objetivo que se transformou em outro. O objetivo era dizer para todos da importância deste canal de comunicação. Nós provocamos e recebemos a resposta de um motoboy. Não entramos no mérito e V. Exa., iluminado que é, vem a essa tribuna explicar o mérito do seu projeto que tem a nossa aprovação, até pela preservação dos motoboys, dos profissionais da moto, que vivem disso.

Ao entrar no edifício, tirar o capacete; ao entrar num condomínio, tirar o capacete. A sua preocupação é dar proteção a todos nós com este projeto e, acima de tudo, proteger os próprios motoboys. É assim que entendo. Então, meu objetivo, quando li o e-mail que esse motoboy nos mandou, foi dizer que estamos sendo assistidos. Se provocamos, uma das funções que temos - volto a repetir - é provocar o outro lado por um bom debate, saudável.

Seja bem-vinda, mais uma vez, a TV SINAL, a TV Assembléia.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

**O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)**

Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. enriquece o nosso pronunciamento. Tenho a absoluta convicção de que trazer o assunto à tona me propiciou a oportunidade de poder vir a esta tribuna e mostrar aos paranaenses a nossa pretensão. Tenho absoluta confiança que vou contar com o apoio da maioria dos Srs. Parlamentares. Na CCJ tivemos a aprovação, praticamente unânime, desse nosso projeto, porque o nosso objetivo principal é exatamente a preservação do nosso profissional da área, que trabalha como motocicletas, mas acima de tudo buscar a segurança da população do Paraná, segurança esta que com certeza já se torna um clamor público.

Temos a consciência, sim, que por mais que o governante invista, nunca são suficientes os investimentos que se fazem na área de segurança. Mas temos, sim, a responsabilidade de sabermos que todo o cidadão que nos apoiou para estarmos aqui, exige de nós Parlamentares um pouco do nosso trabalho, no sentido da sua proteção.

Fico agradecido pela oportunidade dos Srs. Parlamentares. Tenho certeza absoluta que este assunto será, no momento em que vier a esta Casa, a este Parlamento, muito bem debatido, idéias divergentes surgirão e sei que o aprimoramento do projeto é fundamental, é elementar que possamos discutir isso. Enfim, é importante que os paranaenses saibam que aqui estamos com o único objetivo de trabalhar pela sociedade do Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, no horário do PT, Deputado Péricles.

Quero, a pedido do Deputado Elio Rusch, registrar a comitiva de Missal, composta pelos Srs. Vereadores

Nelson Fernandes, Vanderlei Baum, Diretor da Câmara Municipal, Nelson, assessor jurídico da Câmara, sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, no horário do PT, por 10 minutos, ao Deputado Péricles de Mello.

***Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello***

**O SR. PÉRICLES DE MELLO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estou entrando com alguns requerimentos importantes nesta Casa, para serem votados na tarde de hoje - um requerimento do Colégio Regente Feijó. Quando fui Prefeito de Ponta Grossa, doei ao Colégio Regente Feijó um terreno, no Jardim Primavera, perto do *campus* da universidade, para que o colégio pudesse construir uma quadra poliesportiva. Regente Feijó é um colégio que tem mais de 2 mil e 800 alunos, o mais tradicional de Ponta Grossa, que não tem uma quadra esportiva coberta e nem espaço para isso no local onde está o colégio, no centro da cidade.

Surgiu um novo problema recente, o colégio está extinguindo o ensino de 1º grau, dedicando-se exclusivamente aos cursos técnicos de 2º grau. Propusemos ao Secretário, através desse requerimento, que seja construída a quadra poliesportiva, mesmo porque existem recursos do Governo Federal - uma notícia excelente para o Paraná, para a educação. Conversei com o Secretário, e o Governo Federal tem um programa que vai repassar recursos para que o Paraná construa quadras cobertas em todos os colégios estaduais com mais de 500 alunos. Regente Feijó, com a sua dimensão e tradição histórica de alunos, pode ficar em 1º lugar da lista. Tenho certeza que essa quadra vai sair e, ao mesmo tempo, que se faça uma extensão do colégio nesse terreno, que foi doado para que lá se coloquem cursos de 1º grau, mesmo porque a região de Uvaranas tem carência de escolas de 5ª a 8ª séries. Amanhã pretendo me dedicar mais a este assunto e também à questão do Instituto de Educação.

Outro requerimento que apresento diz respeito ao litoral do Paraná. Estou convencido, depois de longas idas a Guaratuba, reuniões com os pescadores, com a comunidade local. A Portaria nº 023 do IAP não tem nenhum sentido de continuar vigendo. É uma portaria que estabelece uma linha imaginária na baía de Guaratuba proibindo que em uma grande parte da baía os pescadores artesanais possam exercer o seu ofício, ofício responsável pela sobrevivência digna desses pescadores e de suas famílias. Hoje tenho um convencimento claro de que não há nenhuma razão ambiental para essa portaria e que o estado do Paraná deve simplesmente seguir a legislação federal e os interesses de Guaratuba, do meio ambiente, principalmente os pescadores estarão contemplados.

Eu denunciei da tribuna desta Casa que quando consegui alteração nessa mesma portaria para que no mês de dezembro e janeiro os pescadores de tainha pudessem trabalhar, e fui atendido pelo Presidente do IAP, algumas pessoas em Guaratuba, não conformadas, talvez por um preconceito social quanto às pessoas mais simples, chegaram a colocar manilhas com arame farpado na baía para que os pescadores artesanais prendessem as suas redes. É uma luta intensa. Além de solicitar ao Governo do Estado a extinção dessa portaria, estamos junto com os técnicos do meu gabinete, preparando uma legislação ambiental para a pesca que vai contemplar não apenas Guaratuba, Matinhos e todo o litoral paranaense, a favor das comunidades de pescadores que não poluem o meio ambiente, tem responsabilidade, são pescadores artesanais.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governador Roberto Requião vetou um projeto de minha autoria que, emendado pelo Deputado Caíto Quintana, determinava que as universidades estaduais de Ponta Grossa e de Guarapuava, a UNICENTRO, registrassem os diplomas expedidos pelo curso implantado pela VIZIVALE e o instituto IESDE Brasil. O Governador entendeu que o projeto é ilegal, não entrou no mérito da matéria, julgou o projeto ilegal por entender a Constituição do Paraná. Precisamos debater isso, mas de qualquer maneira esse problema tem que ser resolvido. É um problema grave que envolve quase 40 mil alunos que fizeram esse curso e sacrificaram as suas vidas, as vidas de seus familiares, pagaram pelo curso que fizeram. Alguns deles, já professores concursados, não podem ascender as suas carreiras porque os diplomas não foram registrados. Esse curso foi feito com parecer favorável do Conselho Estadual de Educação.

E além desses professores existem também aqueles alunos que eram estagiários quando realizaram o curso, professores em número de 10 mil, somando com os estagiários, mais 25, 30 mil, chega a 40 mil cidadãos do Paraná. Pude sentir nas pessoas com que conversei, durante o processo de discussão do projeto e tramitação nesta Casa, as pessoas ficavam emocionadas pelo que elas estão sofrendo e o prejuízo que isso lhes causou. Temos que resolver de alguma forma essa questão, vamos aprofundar uma solução até a votação do veto do Governador.

Mas, antes disso, eu estou propondo e vou convidar os Pares da Comissão de Educação e Cultura, a qual eu presido, que façamos no dia 25 de fevereiro uma Audiência Pública, no plenarinho desta Casa, convidando o representante da Secretaria, os membros da Comissão de Educação e Cultura, convidando todos os Deputados desta Assembléia, um representante da Secretaria Estadual de Educação, do Conselho Estadual de Educação, do Conselho Federal de Educação e do Ministério da Educação. Temos lá um grande amigo de todos nós aqui, que é o Deputado Colombo, um grande Deputado, tecnicamente uma pessoa esforçada, foi Deputado nesta Casa, foi Deputado Federal, e hoje

ocupa um cargo importante no MEC, ele é Diretor de articulação institucional e política do Ministério da Educação, temos certeza que contaremos com a presença do Colombo. E dessa união de forças acharemos uma solução para esse gravíssimo problema.

Concedo um aparte ao Deputado Zucchi e depois para a Deputada Luciana.

#### **O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)**

Agradeço V. Exa. pelo aparte.

Deputado Péricles, talvez essa seja uma das questões mais importantes para esta Casa discutir nesse início agora do nosso ano.

Acho que até o Deputado Caíto Quintana, em certo momento, colocou de fazermos uma Audiência no Ministério da Educação. Acho que temos que buscar alternativas para que seja resolvida esta situação. Não é possível! As pessoas estudaram, pagaram, sacrificaram suas famílias, não perderam tempo porque estavam estudando, obviamente, algumas delas já receberam enquadramento no local de trabalho, na sua carreira profissional. Quer dizer, não é possível que estas pessoas tenham que retroceder, aliás, não há como retroceder. Então, acho que tem que resolver esta situação.

Gostaria de parabenizar V. Exa. que preside a nossa Comissão de Educação, e esta Audiência Pública proposta por V. Exa. acho que é um dos passos importantes para resolver esta questão que na verdade envolve professores de todo o Paraná. Não há região do Paraná que não existam pessoas envolvidas nesta situação, que fizeram o seu curso e não receberam o seu diploma.

Obrigado pelo aparte, Deputado.

#### **A Sra. Luciana Rafagnin (PT)**

Permite um aparte, Deputado?

**(Assentimento)**

Obrigado, Deputado. Quero também parabenizar V. Exa. pelo trabalho que desenvolve na Comissão de Educação, principalmente nesta questão. Também estamos acompanhando o drama que vivem estas pessoas que cursaram, que pagaram e que hoje não conseguem ter esse diploma. Sabemos o quanto V. Exa. tem se empenhado para resolver isto, os demais Deputados, vários Deputados nesta Casa, Deputado Caíto, Deputado Zucchi, esta Deputada também tem trabalhado bastante para buscar uma solução neste caso e eu gostaria, só como sugestão, Deputado, acho que V. Exa. como Presidente da Comissão de Educação, de sugerir uma Audiência em Brasília, com o pessoal do MEC, com o Deputado Colombo que está lá também, e, se possível, até mesmo com o Ministro da Educação, para tentar ver se é possível resolver esta questão, porque não podemos deixar que mais de 40 mil pessoas, além de pagar o curso, agora ficam sem poder ter o seu certificado.

Parabéns pelo trabalho que vem fazendo e também coloco o mandato desta Deputada à disposição para, juntos, buscarmos uma solução.

#### O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Agradeço, Deputada Luciana Rafagnin, que se esforçou muito, ouviu suas bases, ajudou, assim como o Deputado Zucchi, e esta Audiência que estamos propondo, Deputada Luciana, é uma Audiência preparatória, uma Audiência Pública, onde virão representantes também do... (ininteligível)... e da VIZIVALE, alunos para dizer da sua situação pessoal, junto com os demais órgãos do estado e esta Audiência poderia ser uma Audiência preparatória, Audiência Pública no plenarinho da Assembleia, para uma grande Audiência com o Ministro da Educação. Este é o caminho que vamos seguir.

Finalizando, acabo de dar entrada na Casa a um projeto de emenda constitucional, de minha autoria, do Deputado Elton Welter, Deputado Edgar Bueno, com assinatura de mais 15 Parlamentares, 16 Parlamentares, ao todo 19 Parlamentares, que impõe as eleições diretas para Reitores em nossas universidades, sem passar pelo crivo do Governo. Não existiria mais lista tríplice, média ponderada dos votos realmente efetivados durante o processo eleitoral de toda a comunidade - os alunos acadêmicos, os funcionários e os professores.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança da Oposição, com a palavra...

**(Declina)**

Liderança do Governo - com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

### ***Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)***

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Ouvi durante os horários destinados aos pronunciamentos e nos horários das lideranças diversos pronunciamentos aqui hoje.

Primeiro, quero começar dizendo, Sr. Presidente, que lamentavelmente tenho que reconhecer que muitos Parlamentares, naquela ânsia de criticar o Governo, acabam faltando com a verdade.

Primeiro quero dizer ao jovem Deputado Marcelo Rangel, quero fazer um agradecimento a V. Exa.: V. Exa., em pleno recesso parlamentar, conseguiu chamar a atenção das pessoas para que tomassem conhecimento, divulgou V. Exa. uma publicação muito simples, mas muito competente, preparada pela Agência Estadual de Notícias, que relata as obras que o Governo do Estado está realizando em diversas regiões do Paraná. Especialmente V. Exa. falou do jornal da grande Curitiba, de Curitiba, um jornal fantástico que demonstra a profunda responsabilidade que o Governador Requião tem com essa grande Curitiba, essa cidade, essa região que tem hoje 2 milhões e 800 mil habitantes e se prevê que daqui a 40 anos - o que não é muito tempo, V. Exa. é jovem, certamente estará vivo para ver isso - teremos o dobro de população,

vamos ter mais de 5 milhões de habitantes. E os investimentos que o Governo está fazendo, são investimentos fundamentalmente naquilo que estrutura a vida das pessoas, investimentos em saneamento, em sistema viário, em saúde, nas grandes questões que estruturam a vida das pessoas.

Quero dizer, Deputada Rosane, que utilizou o Grande Expediente, dos investimentos na área de Segurança Pública, do que este Governo fez, das mais de 3 mil 137 viaturas que adquiriu, entre motos, carros e caminhões para a área da Segurança. Do Projeto POVO, que é realidade nos 75 bairros; da Patrulha Escolar, que atende 165 escolas da cidade; das 25 grandes operações conjuntas para poder, de fato, prevenir a criminalidade; enfim, de tantas coisas que aconteceram, estão acontecendo e vão continuar acontecendo. A redução do ICMS, que deu tranquilidade. Dessa grande intervenção aqui no Guaraituba, na Vila Zumbi dos Palmares, que iniciamos quando estávamos à frente da nossa Companhia de Habitação do Paraná. Como bem disse aqui o Deputado Edson Strapasson, que foi Secretário Especial da Região Metropolitana, que infra-estruturou a possibilidade da realização dessas grandes obras aqui, dos corredores, do corredor de 75 quilômetros que vai integrar a grande Curitiba.

Agradeço a V. Exa. por ter divulgado esse jornal para a opinião pública. Esse jornal tem hoje uma grande procura, como tem também o jornal de Ponta Grossa. O jornal de Ponta Grossa, esse é o mais emblemático, é fantástico, porque vejo V. Exa. falar de Ponta Grossa e os Parlamentares que representam aqui o município de Ponta Grossa - e as fotos estão aqui para quem quiser ver - o Deputado Plauto ainda há pouco reclamou que o jornal foi entregue na casa dele, não foi essa a visão dos ponta-grossenses, eles gostaram, eleva a auto-estima do povo saber o que está sendo investido na sua cidade. O povo de Ponta Grossa é um povo muito inteligente, do que nós fizemos, do que o Prefeito Péricles fez, o Prefeito Jocelito. Aliás, a capa do jornal de Ponta Grossa, Deputado Marcelo Rangel, eu sei que deve incomodar V. Exa. porque agora há pouco V. Exa., da tribuna, disse que tinham sido consumidos pelo Governo do Estado, pelo Palácio Iguazu, 3 mil quilos, 3 toneladas de carne.

Eu fiz uma conta muito rapidinha, veja bem o seguinte, vamos dividir, pegue a estrutura do Palácio, das delegações que vêm visitar, das lideranças de todo país que vêm, lideranças empresariais, do povo, das pessoas que querem poder trazer as reivindicações, dos servidores que ali trabalham, sabem quantos quilos de carne dá por dia? Oito quilos de carne por dia! Imaginem oito quilos de carne por dia, Deputados, isso se transformar num discurso escandaloso do Deputado Marcelo Rangel.

Sinceramente, penso que um Parlamentar quando ocupa a tribuna, ele tem que pensar com muita responsabilidade. Como fez, aliás, como ele dizia, Deputado Marcelo Rangel, desculpe me dirigir novamente a V. Exa., mas quando V. Exa. dizia o seguinte: "Não existe, não haverá hospital regional, em Ponta Grossa."



Olha, se não é uma obra grande que tem aqui na capa desse jornal, da construção do hospital regional de Ponta Grossa, o que é isso?

Concedo aparte ao Deputado Péricles de Mello.

#### O Sr. Péricles de Mello (PT)

Parabéns pelo seu pronunciamento. Tem a linha correta, no meu ponto de vista. Mesmo que exista algum erro formal na confecção do jornal, acho que não é um direito, é uma obrigação de um governante informar as suas obras ao povo que ele representa. poucas vezes na história de Ponta Grossa um Governo fez tanta coisa. Posso pedir o depoimento do Deputado Jocelito, que foi Prefeito, quando o Governador era Lerner. Eu, nos dois primeiros anos, o Governo era Lerner. Ponta Grossa recebeu R\$ 2 milhões do Paraná Urbano, eu recebi R\$ 15 milhões e o atual Prefeito deve estar recebendo R\$ 30 milhões. É verdade, como disse o Deputado Plauto, que é um empréstimo que o município paga, mas é o Governador que decide em quem ele vai investir.

#### O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI (PMDB)

No jornal, me permita só dizer o seguinte: falta com a verdade o Deputado Péricles. No jornal diz, quando é financiamento, está escrito ali: financiamento.

#### O Sr. Péricles de Mello (PT)

Agora você veja uma obra como o hospital regional. Uma obra que eu, quando era Prefeito, recebi os 3 milhões do pronto-socorro, do Hospital das Crianças, que comecei a reforma e a empresa abandonou, agora foi concluída. É do Governo do Estado, a fundo perdido. Os aumentos dos leitos de UTIS, programas como o Luz Fraterna, Tarifa Social, o leite para as crianças, pavimentação, o recape até Itaiacope que o Governo fez, que eu consegui o recurso e, começou no final do meu Governo, no Governo do atual Prefeito. Depois que conseguimos auxílio à saúde, o Hemocentro.

Olha, podia gastar todo o seu tempo citando obras que o Governo fez. É obrigação de um Governo, atacado diariamente pela mídia conservadora, divulgar para a população que ele representa o que ele fez.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Romanelli, V. Exa. tem um minuto para concluir.

#### O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI (PMDB)

Tudo que foi dito nesse jornal, ele é fruto de uma realização de Governo. Um Governo austero, que investe bem o dinheiro público.

Quero dizer que, de fato, esse jornal não tem tudo, mas tem uma parcela do que foi feito. Falta muita coisa.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Lamentavelmente, Deputado Romanelli, o tempo de V. Exa. está encerrando. V. Exa. pode concluir, por gentileza.

#### O SR. LUIZ CARLOS ROMANELLI (PMDB)

Gostaria que os oradores, quando forem nos apartear, peçam o aparte. Os oradores concedem ou não. Não é possível que haja esse comportamento. Espero que a Oposição saiba ouvir também. É necessário que tenhamos respeito.

Obrigado.

### *Ordem do Dia:*

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### *Leitura do Expediente*

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria dos Deputados Elton Welter e Péricles de Mello, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebido. Protocole-se. Publique-se no Diário da Assembléia e em Avulso para conhecimento dos Srs. Deputados. À Diretoria Legislativa, para providências.**

Ofício nº 001/08, subscrito pelo Deputado Mamede, constante do expediente, solicitando licença médica pelo período de 130 (cento e trinta) dias. **À Diretoria Legislativa, para as devidas providências.**

Indicação nº 002/08, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando à Mesa que oficie expediente ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, sugerindo a reforma do prédio e a implantação de identificação digital no Instituto de Identificação em Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 003/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, uma atenção especial e atendimento quanto à instalação de entreposto da CEASA no município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 004/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação, a realização do estudos visando à troca nas escolas públicas dos quadros negros por quadros brancos apropriados para pincel. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 005/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr.

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que as ruínas da 1ª Usina Hidrelétrica do Parque Estadual Lago Azul, seja declarado como Patrimônio Cultural de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 006/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao DNIT - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes, a implantação de um redutor de velocidade na BR-272, entre Campo Mourão e Goioerê/PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 008/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, uma atenção especial e atendimento quanto à instalação de bueiros na estrada Formoso, comunidade de Rio Formoso no município de Roncador. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 009/08, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, a pavimentação asfáltica da rua 02 da BR-158, no trevo do anel viário na Vila Guarujá, no município de Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 010/08, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado da Educação a construção de quadra poliesportiva e uma subsele do Colégio Estadual Regente Feijó, com salas de aula para atender alunos do ensino fundamental de 5ª a 8ª séries, no bairro Uvaranas, em Ponta Grossa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Memorando de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente, informando aos Srs. Deputados, aos gabinetes parlamentares, à imprensa e ao público em geral, que já está operando, em caráter experimental, o Programa de Pesquisa Legislativa da 16ª Legislatura, pela intranet, também os assessores parlamentares poderão agendar aulas demonstrativas de como acessar o programa, na Coordenadoria das Comissões, da Diretoria Legislativa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Deputado Carlos Simões, constante do expediente, comunicando que estará ausente das Sessões Plenárias entre os dias 12 a 26 de fevereiro, para fazer repouso por prescrição médica. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 093, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente, solicitando justificava de ausência em Plenário no dia 13 do mês de fevereiro do corrente ano por motivo de representação parlamentar na região metropolitana de Curitiba, na cidade de Piraquara. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 102-A, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, solicitando autorização para representar o Poder Legislativo, nos dias 18 e 19 de fevereiro deste ano, na Audiência do MEC, na cidade de Brasília/DF. **À Comissão Executiva.**

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Uma questão de ordem que acredito seja conveniente. Nós discutimos hoje, na presidência, o projeto de resolução quanto ao funcionamento do painel. Temos no artigo 7º, que diz o seguinte: *Para que possa receber deliberação do Plenário regulamentado, solicitando informações de órgãos governamentais, deverá ser protocolado, junto à Mesa, 15 minutos antes.*

Esta redação, conforme acordo, deve ser...

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Cabe a questão de ordem de V. Exa. Ficou acordado que não haveria este prazo. Portanto, será corrigido. Perfeitamente.

#### O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (Pela Ordem)

Só para fazer uma pequena observação: temos dois relógios oficiais aqui no plenário e há uma diferença de mais de dois minutos de um relógio para outro. Se puder determinar a arrumação, agradeço, Sr. Presidente.

### Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### 2ª Discussão

##### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 581/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que cria o programa estadual de estágio educacional de trabalho para educandos das escolas especiais do estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECECT. Em discussão. Em votação.

Com a palavra, para encaminhar, por cinco minutos, o Deputado Stephanes Júnior.

#### O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores.

A 2ª discussão deste projeto de lei cria vagas de estágio para educandos de escolas especiais, ou seja, para crianças e jovens portadores de deficiência física, visual, auditiva, que tem muita dificuldade na questão de inclusão do mercado de trabalho. Então, esta lei que vamos votar hoje e que vai, a partir de agora, para sanção do Governador, e será criada por nós, é muito importante. Todos nós queremos que essas crianças, esses jovens, tenham espaço na sociedade. E hoje ainda existe um preconceito por desconhecimento, porque normalmente uma criança, um jovem especial, ele trabalha, ou ele faz um estágio de trabalho de uma maneira assídua, de uma maneira competente. Quem conhece o jovem que tem alguma deficiência mental, ou visual, ou auditiva, ou física, ele tem todas as condições de se inserir no trabalho em sociedade. Isso é uma oportunidade única para ele, porque essas escolas que nós temos, as APAEs no Paraná todo, Escola Nabil Tacla, que é da APR, Escola Nilza Tartuci, Fundação Ecumênica, e tantas outras, eles agora vão ter uma nova oportunidade para essas crianças fazerem estágios, uma bolsa-auxílio que eles vão ganhar, um seguro de acidentes pessoais, esse período vai ser de seis meses e pode ser renovado por mais seis meses, e que vai ser mais uma oportunidade para que sejam inseridos no mercado de trabalho. Então, agradeço o apoio de vocês e peço o voto neste momento.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o item 01 da pauta. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 721/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o programa Paraná Limpo, para ser desenvolvido em todo o território do estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO- do Projeto de Lei nº 757/07, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Capanema, área de terras do DER/PR, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 092, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 02

(duas) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 02 (duas) Sessões do Projeto de Lei nº 757/07.

#### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 788/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que denomina a rodovia estadual PR - 411, localizada entre Morretes e São João da Graciosa, como Rodovia Mário Marcondes Lobo. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada a emenda da CCJ.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 796/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a reverter mediante doação o imóvel que especifica, ao município de Chopinzinho. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada a emenda da CCJ.**

#### 1ª Discussão

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 551/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que dispõe sobre a inclusão dos dados sanguíneos na carteira de identidade emitida pelo órgão de identificação do estado, e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CS. COM EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 087/07, de 06/08/07, em Projetos de Lei). **Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 551/07

P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O projeto ora em análise, de lavra do Deputado Douglas Fabrício, tem o intuito de regulamentar a Lei nº 9049 de 18 de maio de 1995, artigo 2º, que dispõe acerca da inclusão dos dados sanguíneos na carteira de identidade e da outras providências, no estado do Paraná.

#### Fundamentação

Uma vez chamada esta Comissão de Constituição e Justiça para se manifestar passa-se a análise do presente projeto de lei. Primeiramente cabe suscitar o amparo no artigo nº 137, parágrafo 2º para a apresentação da pre-

sente emenda substitutiva geral que faz com que o projeto de lei passe a valer com a seguinte redação:

“Art. 1º O órgão estadual responsável pela emissão da carteira de identidade, com fulcro no artigo 2º da Lei nº 9049 de 18 de maio de 1995, poderá incluir na cédula de identidade, a pedido do titular, informações sucintas sobre o tipo sanguíneo e o fator RH, a disposição de doar órgãos em caso de morte e condições particulares de saúde cuja divulgação possa contribuir para preservar a saúde ou salvar a vida do titular.

Art. 2º A inclusão a que se refere o artigo 1º dar-se-á desde que o interessado a solicite e formalmente e dependerá exclusivamente da apresentação do respectivo documento comprobatório.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

O presente projeto visa, portanto, dar regulamentação ao artigo 2º da Lei nº 9049 de 1995, onde encontramos o seguinte teor:

*Art. 2º Poderão, também, ser incluídas na cédula de identidade, a pedido do titular, informações sucintas sobre o tipo sanguíneo, a disposição de doar órgãos em caso de morte e condições particulares de saúde cuja divulgação possa contribuir para preservar a saúde ou salvar a vida do titular.*

Nota-se que o presente projeto prevê a inclusão do fator RH além de exigir, como condição indispensável, a apresentação do respectivo documento comprobatório dos dados que se pretende incluir na cédula de identidade.

Tendo em vista os argumentos aqui elencados, contemplamos a existência dos preceitos da legalidade e constitucionalidade nesta proposição.

Quanto à técnica legislativa, o projeto está em conformidade com os requisitos da Lei Complementar nº 095/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

#### **Conclusão**

Tendo em vista o presente projeto estar de acordo com todos os requisitos existentes e levando-se, ainda, em consideração sua legalidade e constitucionalidade, opinamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 551/07**

Art. 1º O órgão estadual responsável pela emissão da carteira de identidade, com fulcro no artigo 2º da Lei nº 9049 de 18 de maio de 1995, poderá incluir na cédula de identidade a pedido do titular, informações sucintas sobre o tipo sanguíneo e o fator RH, a disposição de doar órgãos em caso de morte e condições particulares de saúde cuja divulgação possa contribuir para preservar a saúde ou salvar a vida do titular.

Art. 2º A inclusão a que se refere o artigo 1º dar-se-á desde que o interessado a solicite e formalmente e dependerá exclusivamente da apresentação do respectivo documento comprobatório.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.09.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

PROFESSOR LUIZÃO - Relator

#### **COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 551/07**

#### **P A R E C E R :**

Em análise à matéria apresentada pelo nobre Deputado Douglas Fabrício que prevê a inclusão do fator RH além de exigir, como condição indispensável à apresentação do respectivo documento comprobatório dos dados que se pretende incluir no registro geral - carteira de identidade, temos a informar:

Embora o projeto em questão analisado nos termos da Lei Complementar Federal nº 095/98, situa-se em desacordo com a técnica legislativa, pois a mesma não admite traço, hífen ou quaisquer outros caracteres após a enumeração dos artigos ordinais, sugerimos que o mesmo retorne ao autor para que, se assim desejar, faça as alterações necessárias.

Não obstante e, atendida a instrução da douta Comissão de Constituição e Justiça no que tange a reformulação da matéria, através do elencado na emenda substitutiva geral, adequando a matéria e não havendo mais óbice para seu trâmite regimental.

Igualmente, vislumbra-se que atendidos os preceitos constitucionais, legais, e é matéria de competência não só da união e, também em face da relevância social e singular importância na divulgação de procedimentos, com este fundamental contexto de se contribuir na divulgação para preservar a saúde do titular e salvar vidas de outrem com a doação de órgãos se for o caso: sendo assim constitui a favorabilidade à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 02.10.07.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente

STEPHANES JÚNIOR - Relator

#### **COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 551/07**

#### **P A R E C E R :**

Chamada a opinar a Comissão de Segurança Pública não encontrou nenhum impedimento constitucional e legal para a aprovação do projeto.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei em tela.

Sala das Comissões, em 05.12.07.

(aa) MAURO MORAES - Presidente

FRANCISCO BÜHRER - Relator

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 639/07, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que estabelece critérios específicos de fiscalização da produção e utilização de blocos de alvenaria. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 104, de 03/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 639/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, visa estabelecer critérios específicos de fiscalização da produção e utilização de blocos de alvenaria.

**Fundamentação**

O projeto de lei determina que não será permitida a comercialização de blocos de alvenaria que estiverem em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes.

Em que pese a existência do Código de Defesa do Consumidor - CDC Lei nº 8078/90, o qual tutela as relações de consumo, é de se levar em consideração os argumentos trazidos pelo autor em sua justificativa onde aponta que: “a diminuição de custos das obras tem causado inúmeros acidentes no decorrer do tempo, como é fartamente divulgado pela imprensa nacional, chegando, por vezes, a provocar tragédias que não podem ou são difíceis de ser reparadas, tais como a perda de vidas, de bens, da história das pessoas afetadas”.

O consumidor é considerado parte vulnerável da relação tendo em vista o seu desconhecimento técnico a respeito dos produtos ou serviços colocados no mercado de consumo. No caso presente, é de ser considerada a postura de muitos empresários que, na busca pelo lucro, acabam se postando de maneira irresponsável oferecendo ao mercado um produto de padrão questionável que podem gerar sérias conseqüências, não só ao consumidor direto, quanto a terceiros que fizerem uso das obras.

Neste diapasão, é de se considerar que, a existência de um código de proteção ao consumidor não é suficiente para impedir a fabricação e comercialização de produtos que possa causar prejuízo ao consumidor, uma vez que a proteção ao consumidor se dá com efetividade na reparação dos danos sofridos, diferentemente da matéria ora proposta que visa impedir a ocorrência do próprio dano.

Ademais, a Portaria nº 127/05 do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial) estabelece critérios de verificação dos componentes cerâmicos para alvenaria: blocos, tijolo maciço, elemento vazado e canaletas. O projeto de lei ora analisado, tem como fim regulamentar de forma precisa, o cumprimento por parte do fornecedor, dos padrões já apresentados pelo INMETRO.

Desta forma, entendemos que o projeto de lei em análise não contraria legislação existente, nem tão pouco apresenta regulamentação de matéria já disciplinada pelo Código de Defesa do Consumidor.

**Conclusão**

Diante de todo o exposto, conclui-se que o projeto de lei em tela não viola o artigo 7º, IV da Lei Complementar nº 095/98, preenchendo portanto os requisitos de legalidade e constitucionalidade, uma vez que é de competência do estado legislar sobre a matéria nela proposta.

O parecer é favorável à tramitação do projeto de lei ora em análise, em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 02.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
PROFESSOR LUIZÃO - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA,  
COMÉRCIO E TURISMO  
PROJETO DE LEI Nº 639/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão de autoria do nobre Deputado Jocelito Canto estabelece critérios específicos de fiscalização da produção e utilização de blocos de alvenaria.

Instada esta comissão através este Relator a se manifestar e considerando que o referido projeto já teve sua constitucionalidade apreciada, já foi portanto objeto de parecer favorável por parte da CCJ, e ainda levando em conta a grande importância que possui para a sociedade tendo em vista que seu objetivo final é garantir que as edificações em geral sejam seguras e confiáveis esta comissão é de parecer favorável a tramitação do mesmo.

Sala das Comissões, em 13.11.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente  
PEDRO IVO - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 659/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, que institui a obrigatoriedade no ato da edição e da publicação de leis a constar o nome do autor ou dos autores dos respectivos projetos de lei. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 108/07, de 10/09/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 659/07

P A R E C E R :

O projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, tem por objetivo obrigar a constar o nome do autor ou dos autores dos projetos de lei, no ato da edição e publicação das leis.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 797/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Rodrigo Costa da Rocha Loures. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ (**Chamada Nominal**) (**Publ. no DA nº 146/07, de 12/11/07, em Projetos de Lei**).

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 797/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, tem como escopo conceder título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Rodrigo Costa da Rocha Loures.

##### Fundamentação

Dispõe a Lei nº 13115 de 14/02/01 alterada pela Lei nº 14677 de 06/04/05:

*Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois requisitos seguintes:*

*I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada (...)*

*II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;*

*III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;*

*IV - ter reputação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;*

*V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.*

*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.*

*§ 1º Cada partido político poderá representar até 8 (oito) títulos de Cidadão Honorário ou de Benemérito, a sua escolha, por legislatura.*

Conforme se pode depreender do acima transcrito, cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de Cidadão Honorário, de forma que o Parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente projeto. No mesmo sentido, conforme a justificativa do projeto, prova-se que os requisitos solicitados pela lei foram atendidos. Ainda, verifica-se que, conforme documento anexo, a presente proposição encontra-se dentro da quota de oito projetos por legislatura, referente ao partido correspondente.

## Conclusão

Verifica-se que o nome de quem irá receber o título de Cidadão Honorário consta apenas na súmula e não no corpo do projeto de lei. Sendo assim, opina-se pela aprovação na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 10.10.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 797/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessário a seguinte emenda aditiva:

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Rodrigo Costa da Rocha Loures.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### Apoioamento:

Marcelo Rangel, Duílio Genari, Francisco Bühner, Nereu Moura, Artagão Júnior, Professor Luizão, Douglas Fabrício, Luiz Carlos Martins, Mauro Moraes, Valdir Rossoni e Pastor Edson Praczyk.

#### Em discussão. Em votação.

Para encaminhar o Deputado Mauro Moraes.

#### O SR. MAURO MORAES (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

É declinável dever honrar aqueles que, por seus méritos, fazem jus à admiração e o respeito de todos nós.

Responsabilidade e dever maior é o nosso que, legitimamente representamos o povo do Paraná, quando devemos escolher apenas alguns poucos entre os muitos cidadãos que aqui se destacaram para serem agraciados com a maior honraria que o estado do Paraná e esta Casa podem conceder a um cidadão por relevantes serviços prestados ao estado do Paraná.

Teria que falar infindavelmente se quisesse relatar aqui, minuciosamente, o significado do empresário Rodrigo Rocha Loures, Presidente da Federação das Indústrias do Paraná, e sua relevância para o nosso estado.

Espero a votação por unanimidade, sem que eu tenha que discorrer o seu currículo, porque o Dr. Rodrigo Rocha Loures é conhecido de todos os Deputados desta Casa.

Peço de coração a aprovação, por unanimidade, dos Srs. Deputados.

Muito obrigado!

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Enca-minhar)**

Queria justificar o meu voto.

Tenho essa preocupação quando se concede título de Cidadão Benemérito.

Desde o primeiro momento quando alguns títulos de Cidadão Benemérito têm sido discutido na CCJ, tenho me posicionado frontalmente contra.

Não tenho nada contra a pessoa homenageada pelo Deputado Mauro Moraes, mas acredito, pela sua juventude, que tem muito serviço a ser prestado ao estado do Paraná.

Não posso jamais confiar um título de Cidadão Benemérito a qualquer paranaense que ainda tenha muito serviço a prestar ao Paraná.

Por esta razão sou contrário à concessão do título de Cidadão Benemérito, não apenas a essa pessoa, mas a todas aquelas que ainda estão no exercício de cargos públicos no estado do Paraná.

Muito obrigado!

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Da mesma forma que fez o Deputado Valdir Rossoni e com o maior respeito pelo autor da proposição e também pelo homenageado, mas entendo que devemos restringir a concessão dos títulos de Cidadania Honorária ou Benemérita às pessoas que estão num momento de grande produção da sua atividade laboral, da sua atividade intelectual ou que possam estar exercendo funções em instituições. Um exemplo é o da propositura dessa homenagem, porque é para uma pessoa que trabalha em uma instituição, que exerce até funções públicas. É um espaço público, porque é uma federação das indústrias.

Tenho o maior respeito pelo Rodrigo Rocha Loures, mas quero dizer que tenho uma visão que não devamos conceder títulos àquelas pessoas que são agentes públicos, e aí agentes públicos como gênero, mas incluído também em espécie o agente político, as pessoas que exerçam essas funções públicas. Entendo que esse reconhecimento deve vir ao longo da vida da pessoa, ao final da vida da pessoa, depois de uma vida de serviços prestados à comunidade, como a homenagem ao Sr. Jonel Chede que é um exemplo de vida e do que prestou de serviços à comunidade.

Respeito o autor, Deputado Mauro Moraes, que integra a nossa Bancada e, também, o homenageado, mas quero dizer que vou me abster dessa votação por conta do meu posicionamento. Quero me somar ao Líder da Oposição, Valdir Rossoni. Tenho tantas divergências com ele, mas quero neste ponto ter uma convergência, porque entendo que esta Casa tem que estabelecer critérios muito objetivos, até para não constrianger as pessoas que vão receber os títulos. O Rodrigo Rocha Loures tem muito a contribuir à sociedade paranaense. Então, vou me abster nesta votação.

**O SR. MAURO MORAES (PMDB)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Só gostaria de frisar, Sr. Presidente, que estamos concedendo o título de Cidadão Benemérito ao Rodrigo Rocha Loures, pai, porque muitos Deputados estão pensando que é o Deputado Rodrigo Rocha Loures. Estamos concedendo ao pai, que é Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, em 2º mandato.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero discordar do posicionamento do Deputado Romanelli e do Deputado Valdir Rossoni.

Desde que estou nesta Casa, toda vez que um companheiro apresenta um título aqui, procuro respeitar aquela indicação daquele companheiro. Não votei contra nenhum título até aqui porque acho que está na lei, pode ser concedido o título, o Deputado tem a prerrogativa de fazer isso, ele escolhe as pessoas que entende merecerem. Está na lei, está na nossa Constituição, e quando um companheiro resolve homenagear alguém, tenho tipo a postura de apoiar todos os títulos porque entendo que é uma homenagem que se presta a alguém.

A minha finada avó já dizia que devemos homenagear as pessoas em vida ou num momento bom, não depois que ela não está mais, é ex ou já faleceu. A pessoa tem que ser lembrada em vida, no momento que ela está vivendo. Então, quero dizer ao Deputado Mauro Moraes que não tenho ligação nenhuma com o Rodrigo Rocha Loures pai, nem com o filho, os conheço, não recebi nenhum centavo na campanha passada, mas vou votar favorável pelo companheirismo do Mauro Moraes que apresentou o título.

Acho que se um companheiro apresenta o título, de acordo com o meu ponto de vista, respeito a opinião dos outros, devemos respeitar aquele companheiro que teve vontade de apresentar aquele título para uma pessoa que ele entende que merece. Então, em homenagem ao Deputado Mauro Moraes, eu voto favorável.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Vamos colocar em votação. Apenas para explicar aos Srs. Deputados que devem digitar sua senha, os cinco dígitos, pressionar depois o botão “sim” ou “não” ou “abstenção” para registrar o seu voto.

Encerrada a discussão. Está em votação o projeto...

Está encerrada a votação e nós explicamos o porquê dessa demora: a Deputada Beti Pavin ainda não tinha a sua senha e por essa razão houve a demora.

O resultado: 43 presentes; 02 abstenções; um NÃO; e 39, SIM.

**Está aprovado o projeto.**

Quero esclarecer também aos Srs. Deputados, que por deliberação das lideranças dos partidos, na reunião de hoje, todos os requerimentos de pesar, congratulações, a Mesa encaminhará aos homenageados, enfim, a todas as famílias, diretamente. Não iremos votar em Plenário.

## **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 030, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

Sr. Presidente, quero dizer que esta Liderança do Governo, em nome do Governo, vai encaminhar favoravelmente todos os requerimentos de pedido de informação referentes às decisões tomadas individualmente pelo Secretário da Comunicação, Airton Pissetti, para que possamos esclarecer, de forma definitiva e pública, que a sua participação se dá como publicitário, sociólogo e como alguém que mantém um relacionamento pessoal, já de muito tempo com o ex-Bispo Lugo no Paraguai. E que as viagens que fez, as pouquíssimas que fez, sempre foram em caráter particular, única e exclusivamente financiados com seus recursos pessoais. Não há nenhum recurso público investido nessa sua atividade. Ele participa por acreditar que naquele país é necessário que possamos ter um Governo libertador. Então, é uma participação de caráter pessoal. Não temos, absolutamente, nada que não se possa, publicamente, ser discutido de forma transparente.

Por isso vamos aprovar os requerimentos de forma transparente. Apenas eu pediria que V. Exa. pudesse ir lendo os requerimentos, para que aprovássemos e que ficasse muito claro o posicionamento da Liderança do Governo e da Bancada que dá sustentação ao Governo: as Bancadas do PMDB, do PT, do PMN, dos Deputados dos outros partidos que apóiam nosso Governo nesta Casa e que têm uma visão a favor do interesse público e do esclarecimento de todos os temas, principalmente quando na verdade a Oposição, nesse caso específico, quer criar um factóide. Não temos, absolutamente, nada a esconder, o Secretário Pissetti já deu os esclarecimentos públicos e, claro, os pedidos de informação vão dar os documentos oficiais sobre esses temas.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, tenho apenas uma dúvida, acho que o Deputado Romanelli colocou muito bem o Secretário trabalha para quem ele quiser. Nas horas vagas dele, eu não vejo problema nenhum de ele ser “marqueteiro” de quem ele quiser, até porque o Lugo está precisando de

algum fato novo para tentar chegar ao Paraguai. Agora, Sr. Presidente - o Secretário está investido na condição de Secretário da Comunicação do Estado do Paraná - a minha única preocupação é a seguinte: ele está investido, ele é Secretário, ele pode trabalhar aqui e lá ao mesmo tempo, estando na função e tendo que ter o expediente?

É a única dúvida que eu tenho: a questão de ele querer ir lá. Acho que ele pode, é uma coisa pessoal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Jocelito, estamos votando o requerimento de autoria de V. Exa., e a Liderança do Governo encaminhou favoravelmente ao seu requerimento, não temos mais que discutir nada.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Só estou contrapondo o que o Deputado Romanelli falou em Oposição, em factóide, eu não sou da Oposição e também não sou da Situação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

**Aprovado o requerimento.**

Requerimento nº 037, de autoria da Bancada da Oposição, os Srs. Deputados, Valdir Rossoni, Osmar Bertoldi, Marcelo Rangel e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

De igual maneira, a Bancada da Oposição requer envio de pedido de informações ao Secretário de Comunicação, Airton Pissetti.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, eu louvo o encaminhamento do Líder do Governo, que falou tanto em transparência. Só me preocupa um pouco a questão do factóide. Gostaria que o Líder do Governo estivesse imbuído do mesmo propósito em outros questionamentos que a Oposição tem feito. Por exemplo, a questão dos cartões corporativos. Estamos aqui desde julho do ano passado pedindo o detalhamento dos gastos com cartão corporativo. Estamos aqui...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É só V. Exa. especificar para quem o senhor quer...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Queria solicitar a V. Exas. que se ativessem ao tema. Estamos discutindo os requerimentos, o requerimento apresentado pela Bancada da Oposição que diz respeito às viagens do Deputado Airton Pissetti. O Deputado Valdir Rossoni reforça...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, estou dando o encaminhamento e no encaminhamento não há aparte. Espero que o Líder do Governo me ouça, respeitosamente, como é de meu costume ouvi-lo.



Estou aqui apenas recordando, fazendo com que a memória do Líder do Governo funcione e que ele lembre das informações que ele nos deve, inclusive a questão das ONGs que foi aprovado por esta Casa e também, até hoje, não recebemos as informações.

Mas eu gostaria de encaminhar o detalhamento do nosso requerimento, Sr. Presidente. Aqui diz o seguinte:

**(Lê pedido de informações)**

Por que faço esses questionamentos? Porque estou baseado no Estatuto do Servidor, que diz o seguinte:

**(Lê artigo do Estatuto do Servidor)**

Veja, Sr. Presidente, o Secretário da Comunicação, em entrevista aos meios de comunicação do Paraná, disse que se ausentou do país.

Estou pedindo a cópia do Diário Oficial da autorização desse servidor público, porque caso ele não tenha a publicação da autorização do Sr. Governador, ele está incorrendo em crime de responsabilidade e deverá ser, sumariamente, demitido do Governo.

Era este o meu esclarecimento, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, vamos encaminhar favoravelmente também este requerimento, até porque, claro, o querido amigo, Líder da Oposição aqui nesta Casa, ele quer criminalizar uma atividade lícita praticada por uma pessoa que, no exercício pleno da sua atividade intelectual, contribui com uma pessoa que é amiga sua. Já disse que o caráter é particular em relação à contribuição que faz de orientação das técnicas de marketing ao candidato, o ex-Bispo Lugo, no Paraguai, e que efetivamente, Sr. Presidente, não adianta querer o Líder da Oposição fazer uma interpretação aqui, às pressas, no encaminhamento de requerimento do Estatuto dos Funcionários Públicos do Paraná.

Sabemos que o cargo em Comissão de Secretário de Estado é de outra natureza e que, efetivamente, a resposta do ofício dará o embasamento legal aonde o Secretário efetivamente não se deslocou com nenhuma despesa. É claro que a viagem foi extra-oficial, não foi oficial, enfim, mas de qualquer forma a interpretação não pode ser dada aqui como verdadeira pelo Líder da Oposição, que eu respeito.

Em relação ao cartão corporativo, só para concluir, como ele começou, Sr. Presidente, eu já disse que cartão corporativo nosso é muito bem gerenciado, com regimento claro. Amanhã, aliás, vou distribuir aos Srs. Parlamentares, o Deputado Valdir Rossoni tem, inclusive, porque no ano passado encaminhei a ele todo o regimento e funcionamento do cartão corporativo. Ele tem a resposta no pedido de informação que formulou.

Quero dizer que não há, efetivamente, nenhuma irregularidade apontada com o cartão corporativo no estado do Paraná.

Encaminho favoravelmente à aprovação do requerimento.

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)**

Gostaria de emitir a minha opinião porque acredito que isto é extremamente imoral. O Secretário da Comunicação Social precisa decidir se ele trabalha no estado do Paraná ou se ele trabalha no Paraguai.

**O SR. RIBAS CARLI FILHO (PSB) (Para Encaminhar)**

Gostaria de pedir aqui, firmar um compromisso também com o Exmo. Sr. Líder do Governo, já que estamos iniciando os trabalhos na primeira semana legislativa, que ele, sua assessoria, possam prontamente começar respondendo os requerimentos, porque nós do Bloco Independente, como também da Oposição, tivemos diversos requerimentos que não foram atendidos e não foram respondidos.

Então, Deputado Romanelli, gostaria deste compromisso, já que os requerimentos ainda estão começando a ser formulados, que as respostas venham rápidas e que assim diminua a sua lição de casa.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Claro que não é um encaminhamento, é mais uma questão de ordem, então, quero responder à questão de ordem de V. Exa.: esta Mesa, a presidência irá procurar, da maneira mais positiva, fazer com que todos os requerimentos aprovados aqui na Casa sejam respondidos.

Coloco em votação o requerimento da Bancada da Oposição. Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 043, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Requerimento nº 047, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Requerimento nº 046, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Requerimento nº 044, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

**O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, só fiz essa solicitação porque nós, no ano passado, fizemos um requerimento aqui pedindo para o Governo do Estado fizesse a pavimentação asfáltica do distrito industrial de Ponta Grossa e eu recebi como resposta que isso é de competência exclusiva dos municípios, mas segundo informações que chegaram ao meu gabinete, o Governo do Estado fez, sim, a pavimentação asfáltica da cidade de Londrina e também fez da cidade de Maringá. É apenas um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com o encaminhamento favorável da Liderança do Governo. Discussão, votação. **Aprovado.**

O SR. ANTONIO BELINATI (PP) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, queria primeiramente desejar saúde ao nosso colega, Deputado Mamede.

Quero dizer ao nobre amigo Deputado Romanelli, Presidente, estou sem os óculos, recebi aqui o jornal do Governo Requião, está uma beleza, muito bem impresso, parabéns ao Governador Requião, parabéns à equipe do Governador Requião. Fantástico este jornal, Notícias do Paraná, e aqui tem o que o Governo Requião está investindo em obras no Paraná. Por exemplo, o estado investe R\$ 716 milhões em saneamento na grande Curitiba, tem um monte de cidade aqui que o jornal menciona.

Presidente, não sei se é porque eu estou sem os óculos, não vi, nem cita que tem uma cidade no Paraná, que se chama Londrina e que é a segunda cidade do Paraná.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

O senhor vai receber um jornal de Londrina. O Governo fez grande investimento em Londrina, e V. Exa. vai receber uma informação muito interessante. O povo de Londrina tem o direito de receber o que está recebendo do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 062, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 063, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 064, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 065 e 066, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 075, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Certamente deve ser congratulações da atividade do Senador.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimentos nºs 077 e 078, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 082, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Srs. Deputados, gostaria de solicitar apenas a atenção, um momentinho. Esta PR é a rodovia que liga Pontal do Sul, que fica interditada, praticamente todos os anos. Todos os anos, os veranistas reclamam, ficam duas, três, quatro, cinco horas na fila entre Pontal do Sul e a PR, naquela ligação.

Estamos solicitando o apoio de todos os Srs. Deputados para encaminhar este requerimento ao Governo do Estado, pedindo a duplicação desta rodovia, que é de extrema importância.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, provavelmente o Deputado Marcelo Rangel deve sempre se dirigir ao litoral de Santa Catarina e não sabe que a estrada liga a Praia de Leste ao município de Pontal do Paraná.

O problema concreto é o seguinte: aquela rodovia foi recuperada neste Governo. Aliás, V. Exa. foi até o grande autor desse processo todo. E o Deputado Pugliesi, para aquela obra importantíssima, foi feita toda a restauração, pavimentação, alargamento da rodovia.

Olha, Deputado Marcelo Rangel, V. Exa. deve se informar melhor sobre o que acontece. E mais: da inviabilidade técnica de duplicar, especificamente, aquela rodovia. Tem que ter uma solução ambientalmente correta para criar uma outra rodovia. Aquela passa dentro dos balneários. V. Exa. tem que olhar melhor e propor aquilo que é possível e factível.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)  
Ou seja, não tem solução através do Governo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Aquela rodovia não é possível ser duplicada, efetivamente. Encaminhe, porque a Secretaria dos Transportes...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sugiro a V. Exa. que encaminhemos para que venha a resposta, que nós já sabemos qual é. O Deputado Pugliesi poderia responder, que também conhece. Traz para nós.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

E V. Exa. conhece também muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimento nº 091, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimento nº 038, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Osmar Bertoldi, Luiz Carlos Martins e demais Srs. Deputados da Bancada da Oposição, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 061, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 068, de autoria do Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 069, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 070 e 071, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 072, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 073, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 076, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 079 a 081, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 083, de autoria dos Deputados Ribas Carli Filho e Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 094, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 099, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 100, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Para encaminhar esta questão que acabamos de votar, para dizer que este é o caso do Instituto de Educação de Ponta Grossa, que está caindo. Estou sugerindo ao Prefeito, como Chefe do município e como Presidente da Defesa Civil, ele que interdite o colégio, como eu fiz quando Prefeito. Eu interditei o Regente Feijó e o Governo foi lá e recuperou o colégio. É uma sugestão que estou apresentando.

Por outro lado, só queria fazer um registro: Deputado Romanelli, se falou em cartões corporativos. Um pedido de informações, eu tenho que fazer, porque veio bem informadinho, fiz um pedido de informações solicitando informações sobre um servidor do estado. E este deve ser o modelo que o estado deve fornecer a nós, Deputados. Aqui diz tudo: fala até quanto se gastou com o cartão corporativo. Quanto o servidor gastou...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. já apresentou este requerimento?

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Para Encaminhar**)

Recebi a resposta. Estou comunicando a esta Casa que o Governo do Estado, este requerimento, respondeu corretamente, quanto recebeu o servidor, até questão de desconto de INSS, quanto gastou no cartão corporativo, para onde viajou. Está correto. Este é o tipo de informação que o Governo deveria dar em todos os pedidos que fazemos. Cartão corporativo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Quero encaminhar o requerimento em relação à reforma do Instituto de Educação César Martinez. Foi feito um procedimento licitatório que, infelizmente, uma obra de R\$ 3 milhões e 100 milhões, só uma empresa apresentou uma proposta e mesmo assim com desconto muito pequenininho. Me parece que meio por cento.

E o Governo resolveu, para que possamos ter atendidos os pressupostos do procedimento licitatório, com base no artigo 37 da Constituição, aqueles princípios da moralidade, da legalidade, da economicidade, de proceder

uma nova licitação. Tanto que aqui no jornal diz: “O Instituto de Educação terá segunda reforma geral”. Em 1971, quando foi instituído o Instituto de Educação, na década de 90, no outro Governo Requião, ele recebeu uma reforma. Depois, ficou ao completo abandono.

E agora, é claro, é uma obra que o Governo vai fazer uma inteira recuperação. Então, quero dizer o seguinte: não adianta o discurso da demagogia. O Governo está fazendo aquilo que tem que ser feito, está aplicando bem o dinheiro público. Agora, também faz com licitações corretas, limpas, por isso que queremos um procedimento licitatório em que vença uma empresa que ofereça um preço bom e que faça a obra de recuperação do Instituto de Educação César Martinez, com absoluta boa técnica e boa aplicação do dinheiro público.

Era isso.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas quero solicitar, antes de encerrar a Sessão, que os Líderes dos partidos que participaram da reunião de hoje transmitam, por gentileza, aos seus companheiros de partido, decisões que tomamos na reunião de hoje, que foram muito importantes, principalmente no que diz respeito aos requerimentos, o último dia em que nós aceitamos, ou lemos em plenário alguns tipos de requerimentos que serão enviados diretamente, que não vamos colocar em votação até para evitarmos qualquer tipo de especulação pessoal, política, partidária ou pontual de alguma cidade ou região. Nós decidimos isso hoje com as lideranças. De igual maneira, deliberamos hoje também que cada Deputado poderá apresentar apenas um título de Cidadão Benemérito ou Honorário por Legislatura. Então, em quantos anos, cada Deputado poderá apresentar apenas um título. As lideranças deliberaram isso hoje, e claro que devem comunicar aos seus liderados para que evitemos alguns imbróglis aqui no plenário.

Com a palavra, pela ordem, Deputado Marcelo Rangel.

#### O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (Pela Ordem)

É só para fazer um convite aos nobres Deputados que amanhã estaremos apresentando aqui no plenário as imagens que foram feitas pela Comissão de Obras lá no colégio Instituto de Educação, com todas as imagens da TV Assembléia, inclusive editadas, para que todos os Deputados realmente saibam o que é demagogia.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quero dizer que o Deputado Marcelo Rangel está se especializando, de fato, em criar factóides. O problema do Instituto Estadual César Martins,

ou Martinez - deixem eu dizer como se fala em Ponta Grossa - é um problema sério, tanto que o Governo está realizando uma ampla reforma na escola. Vir aqui neste plenário para apresentar obras de um colégio que precisa ser recuperado, e está sendo licitada a sua recuperação, não é demagogia? O que é isso então? Na verdade, é jogar para a platéia! Me desculpe, mas o Parlamentar tem que ter, na minha avaliação - e o jovem Deputado Marcelo Rangel pode ter isso - tem que ter, de fato, muita responsabilidade para não querer induzir as pessoas a achar que as coisas não estão sendo feitas. E o Governo está fazendo aquilo que tem que ser feito para atender o povo de Ponta Grossa. Agora vamos ter que criar aqui, certamente, um horário de debate só sobre Ponta Grossa neste Plenário.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu observava agora sentado ali, e até ouvindo alguns Parlamentares, me desculpe Deputado Romanelli, V. Exa. tem todo direito de defender o seu Governo, V. Exa. é o Líder do Governo, mas V. Exa. não pode querer aqui limitar o trabalho do Parlamentar. O Deputado Rangel está no pleno direito do exercício do seu cargo, ele está aqui fazendo pedido de esclarecimentos, pedindo benfeitorias para a sua cidade.

Então, temos que seguir, antes de nos pronunciarmos aqui vamos nos dirigir a V. Exa., pedir permissão, e aí, se V. Exa. permitir, assim agiremos. Mas não é desta forma que este Parlamento funciona. Por isso, há de se ter cuidado, Deputado Romanelli, o respeito aos Deputados da Oposição, porque os Deputados que aqui apresentarem requerimentos, pedido de informações, é um direito do Parlamentar V. Exa. pode discordar, mas V. Exa. não pode jamais desfazer o trabalho que está sendo realizado pelo ilustre Parlamentar, porque sempre a última palavra tem que ser do Deputado Luiz Claudio Romanelli.

#### O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

O Deputado Valdir Rossoni quer censurar a minha conduta.

Cada Parlamentar fala o quer. Eu posso dar a minha opinião também.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

O Deputado Luiz Claudio Romanelli tem todo direito de falar o que ele bem quer, mas no horário regimentalmente correto. Em cada posicionamento de Parlamentar ele tem que se posicionar. Regimentalmente ele está errado e é por isso que estou ressaltando.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta discussão não vai levar a nada.

## ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 14, às 10h com a seguinte

### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 788 e 796/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 551, 639, 659 e 797/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 741/07 e do Projeto de Resolução nº 003/08.

Levanta-se a Sessão.

## ***Transcrição:***

Matéria cuja transcrição nos Anais da Casa, foi aprovado a requerimento do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli em Sessão do dia 13 de fevereiro de 2008.

“É o Estado Estúpido.”

Do professor Emir Sader, publicado na agência Carta Maior.

O clima político brasileiro continua agitado, com a reiteração das polarizações produzidas desde as denúncias de 2005 sobre o que a imprensa convencionou chamar de “mensalão”. De um lado, os partido de oposição, com seu núcleo coesionador - PSDB e DEM - acompanhados de partidos aliados, como o PPS e tendo no bloco monopolista da grande mídia privada seu carro-chefe, de outro o Governo e expressões da mídia alternativa.

Pela tensão, pela violência dos ataques, pela reiteração das acusações, poderia parecer que o país vive um clima de forte polarização social e política, com dois projetos de sociedade em oposição frontal. Mas quando se olha para os fatores estruturais, constatamos que existe um modelo econômico consensual entre as grande forças políticas - as mesmas que se envolvem diretamente nesses embates - políticas sociais que não são questionadas, porque representam inquestionavelmente uma melhoria de vida da massa pobre do país e que incentiva a expansão do mercado interno. Enquanto isso, o país vive um período de poucas convulsões sociais, como se a energia se perdesse pelas beiradas do caldeirão social, canalizadas para a violência cotidiana e não para grandes lutas populares.

Então de onde vem e a que corresponde essa virulência da Oposição ao Governo? Por que até mesmo uma parte significativa do grande empresariado, atendido pelo modelo econômico, se soma à campanha opositora? Por que a afirmação de setores radicalizados da esquerda de que se trata de um Governo neoliberal não consegue dar conta do enfrentamento central do campo político em todo o período político atual? O que está em jogo? O que se disputa, além de cargos eleitorais?

O neoliberalismo reconstruiu o campo político, concentrando todas a energias negativas do estado - responsável pela estagnação econômica, pela falta de dinamismo, pelo confisco dos recursos dos indivíduos, pela ineficácia nas políticas sociais, etc., etc. O estado mínimo deveria concentrar seus recursos e esforços no incentivo à expansão do capital que, nos seus desmembramentos - dado o dinamismo e o protagonismo central que passou a ser atribuído às empresas, uma forma de designar ao mercado - produziria crescimento econômico, modernização tecnológica, diminuição da arrecadação tributária, expansão do mercado externo, geração de empregos, aumento da capacidade de consumo, etc. Como já se disse tantas vezes, um estado mínimo para a grande maioria - que depende de políticas sociais - e um estado máximo para o capital, com a privatização dos lucros, e quando houver prejuízos, sua socialização.

O que incomoda centralmente à oposição, refletido nas manchetes e campanhas da imprensa opositora, presente nos seus colunistas, soldados das causas do bloco direitista de Oposição? A alta taxa de juros? A lentidão na reforma agrária? O incentivo aos agro-negócios e o uso extensivo de transgênicos? A injusta tributação, que concentra renda, ao invés de redistribuir? A repressão às rádios comunitárias? A falta de demarcação das terras indígenas? A não abertura dos arquivos da ditadura?

Não. O Foco reiterado da oposição está nos “gastos excessivos do Governo”, na contratação de mais funcionários públicos, na carga tributária, no que chamam de “aparelhamento do estado” - que na realidade se trata de designação por critério político no preenchimento de cargos - as normas que disciplinam atividades econômicas, etc. Em suma, tudo o que seja fortalecimento do papel do estado, seja pelo aumento de seus funcionários, pela sua melhor remuneração, pelo combate à terceirizar e formalização dos contratos, pelo incentivo ao consumo popular, pelo papel regulador do estado.

A “livre circulação do capital” segue sendo a utopia da Direita. Que o capital circule e a sociedade se povoará de felicidades! Que o estado seja reduzido à sua mínima expressão: sem impostos, sem funcionários, sem leis, sem instituições políticas, sem partidos, que as eleições sejam o mais parecido possível a um shopping-center e os candidatos a vendedores de mercadorias, a ideologia reduzida a marketing, o cidadão transformado em consumidor, os direitos em bens negociáveis na compra e venda, a sociedade identificada com o mercado.

O que está em disputa - daí o tom virulento, pela importância que segue tendo - é o estado, o aparato de estado, que deveria continuar se debilitando, como aconteceu em toda a década anterior. Que siga a privatização, chegando a hora da PETROBRAS, do Banco do Brasil, da ELETROBRAS, da Caixa Econômica Federal. Que o estado siga servindo única e exclusivamente aos interesses das grandes corporações privadas - da indústria, dos bancos, da terra, da mídia do comércio.

A plataforma da direita tem, como primeiro item, a diminuição dos impostos, base econômica do estado. Daí a campanha contra a CPMF, contra o “inchamento” do aparelho de estado, contra as normas estatais - que atrasariam, por exemplo, com as normas ambientais, a liberação de licenças de investimentos, contra os aumentos de salários dos servidores públicos. Pela independência do Banco Central, pelo superávit fiscal.

Menos estado, em última instância, porque o estado organiza os cidadãos, que são sujeitos de direitos. Menos estado e mais mercado, que organiza consumidores, medidos não por direitos - que não são reconhecidos pelo mercado - mas pela capacidade de consumo.

As classes dominantes que sempre detiveram poder sobre o estado, ressentem não poder fazê-lo a seu bel prazer. Na última vez que haviam perdido o controle sobre o aparelho de estado - no Governo Jango, de 1961 a 1964, há quase meio século - se puseram imediatamente a preparar o golpe militar, com o apoio desses mesmos órgãos de imprensa - Folha de São Paulo, Estadão, Globo, entre outros. Recuperaram o poder sobre o estado, que foi militarizado e se colocou completamente à disposição do grande empresariado privado nacional e estrangeiro.

Conseguiram transitar de forma impune à democracia liberal, tanto militares, quanto empresário, incluindo os órgãos da imprensa que haviam pregado o golpe militar e apoiado a ditadura. Encontraram em Collor e em FHC seus novos heróis, este, quando afirmou o que acreditavam fosse uma frase definitiva: o sociólogo das elites brancas dos jardins paulistas disse que ia “virar a página de getulismo”, conclamando à vingança tardia de 1932. Fizeram o que bem entenderam, se apropriaram de várias das maiores empresas estatais brasileiras a preço de banana - saneadas pelo BNDES, que ao mesmo tempo lhes emprestava a juros baixos para comprar as empresas. Puderam ter mão-de-obra precária, financiamentos generosos, chegaram a mudar o nome da PETROBRAS para PRTROBRAX, preparando-a para se tornar empresa global e privatizá-la.

Acostumadas a usar o estado comitê executivo das classes dominantes - conforme a expressão de Marx no Manifesto Comunista - acusam o golpe de perder esse controle absoluto. Seguem ocupando espaços determinantes no aparato de estado - a começar pelo estratégico Banco Central - além de serem contemplados por créditos fáceis e incentivos amplos, mas para quem sentia o estado como seu território, para nomear a quem quisessem, privatizar o que desejassem, acusam o golpe e se tornam raiosamente e totalitariamente opositores furibundos.

Não perdoam aos que derrotaram duas vezes, não importa que se vingam ao ver políticas suas reproduzidas no Governo que os derrotou. Não lhes basta.

A campanha de denúncias morais vai na mesma direção de criminalizar o estado, quando os maiores escândalos contemporâneos são protagonizados por

empresas privadas, entre elas os bancos. Não importa o que seja, como seja, são os neoconservadores no Brasil, defensores do mercado contra o estado - o verdadeiro tema de disputa, cuja importância explica a virulência das agressões opositoras, na sua ânsia de recuperar o que consideram seu, por definição - o estado brasileiro.

## ***Publicações:***

### ***Atas de Comissões:***

#### ***Assuntos Metropolitanos***

##### **COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezessete dias do mês de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Assuntos Metropolitanos, sob a presidência do Deputado Osmar Bertoldi. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 433/07, de autoria do Deputado Edgar Bueno. Relator Deputado Ribas Carli Filho. Parecer FAVORÁVEL-APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Jéssica Pâmela Oliveira Barbosa, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais. Sendo o que se apresenta, agradecemos pela atenção.

(aa) OSMAR BERTOLDI - Presidente  
Jéssica Pâmela Oliveira Barbosa - Secretária

##### **COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Assuntos Metropolitanos, sob a presidência do Deputado Osmar Bertoldi. Havendo número legal o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando a Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 741/07, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator Deputado Francisco Bühner. Parecer FAVORÁVEL -APROVADO. 2) Audiência Pública com o tema Combate à Pirataria. Teve a presença do Sr. Omar Gabriel Mussi, Delegado da Polícia Federal do Paraná; Sr. Roberto Olívio, Presidente da Associação Paranaense de Combate à Pirataria; Sr. André Luiz Alves Barcellos, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria; Sr. Clayton W. Jorge, advogado representante da Associação Anti-Pirataria Cinema e Música; Sra. Tânia Lima, representante da União Brasileira de Vídeos; Sr. Élcio Guilherme Cooper, chefe da

divisão do Departamento de Fiscalização da Secretaria Municipal de Urbanismo de Curitiba; Capitão Wilson Rogério Valla, Seção de Planejamento do Comando de Policiamento da Capital; Sr. José Henrique Nicolli Soares, Inspetor Chefe da Receita Federal; Cezar José de Souza, Presidente do Sindicato dos Ambulantes. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Jéssica Pâmela Oliveira Barbosa, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais. Sendo o que se apresenta, agradecemos pela atenção.

(aa) OSMAR BERTOLDI - Presidente  
Jéssica Pâmela Oliveira Barbosa - Secretária

### ***Direitos Humanos e Cidadania***

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E  
CIDADANIA  
2º SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e oito, reuniu-se a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, sob a presidência do Deputado Francisco Bühner, com a presença dos seguintes Srs. Deputados: Mamede, Luiz Carlos Martins e Caíto Quintana. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos passando para Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 680/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli. Relator Deputado Mamede. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eduardo Freyer de Azevedo, Secretário da Comissão,

lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Sr. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) FRANCISCO BÜHRER - Presidente  
Eduardo Freyer de Azevedo - Secretário

## ***Publicações Administrativas***

### ***Minuta de Contrato***

#### MINUTA DE CONTRATO

**Protocolo:** 298/08

**Objeto:** Locação de painel eletrônico

**Contratante:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Contratada:** Visual Sistemas Eletrônicos Ltda

**Vigência:** 90 dias

**Valor:** R\$ 60.000,00

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

#### MINUTA DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 12.568/07

**Protocolo:** 279/08

**Objeto:** Posto de Atendimento Bancário do Banco HSBC

**Autorizadora:** Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**Autorizada:** HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo

**Vigência:** 60 meses

**Valor:** R\$ 2.000.000,00

(a) DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO

